

# plenário

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ANO IV - OUTUBRO/NOVEMBRO - 2007 - 9ª EDIÇÃO

## Desertificação

Projeto de política estadual de combate e prevenção 6



**Silvia Góes**  
Editora Geral da Plenário

COMO FALAR COM A  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807  
Bairro: Dionísio Torres  
CEP: 60170.900  
Fortaleza – Ceará

**TELEFONE**  
(0XX85) 3277.2500

**FAX**  
(0XX85) 3277.2753

**EMAIL**  
epovo@al.ce.gov.br

**SITE**  
<http://www.al.ce.gov.br>

# Ao leitor

**Pela terceira** vez neste ano, a revista Plenário chega às suas mãos, caro leitor, com o intuito de permitir que você acompanhe de perto, o que acontece na Assembléia Legislativa.

O mês de outubro vem com uma série de ações como a aprovação do Conselho de Altos Estudos, que tem como meta discutir com mais profundidade os projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado do Ceará como a Transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Transnordestina, as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE's) e a Siderúrgica.

A rádio FM Assembléia, que poderá ser sintonizada na frequência 96.7, também é outro grande feito do Legislativo. A idéia é que cada vez mais a população possa acompanhar o dia-a-dia do parlamento cearense numa linguagem de fácil entendimento para todos.

A Atualização Constitucional também merece destaque neste número. Os cearenses terão acesso a uma Carta renovada, uma vez que, além dos itens acrescidos, foram retirados aqueles que se tornaram inócuos.

A educação tem sido um dos temas

mais discutidos em Plenário. Foi com o propósito de garantir aos jovens e adultos o direito à alfabetização e torná-los mais conscientes de seus direitos e deveres que o deputado Hermínio Resende (PSL) elaborou projeto de indicação sugerindo a criação do Programa Estadual de Alfabetização de Jovens e Adultos com especificidade em Educação para Habilitação no Trânsito.

A educação ambiental é fundamental para a sobrevivência do Planeta. A Assembléia vai implantar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) dentro de uma prática de responsabilidade social. O programa, uma criação do Ministério do Meio Ambiente, desenvolve três ações: a coleta seletiva de materiais de expediente, a economia de energia e a economia de água.

Portanto, além dessas informações que destacamos aqui, você pode colaborar conosco, enviando sugestões de pauta para nossa redação. Estamos aguardando.

**Boa Leitura!**  
silviagoes@al.ce.gov.br



## EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO  
Órgão Oficial da Assembléia  
Legislativa do Estado  
Nº09, edição outubro e  
novembro de 2007

**EDITORA GERAL**  
Sílvia Góes

**SUBEDITORES**  
Abílio Gurgel  
Lúcia Stedille  
Viviane Lima

**REPORTAGEM**  
Abílio Gurgel  
Lúcia Stedille  
Silvana Frota  
Viviane Lima

**PROJETO GRÁFICO E  
EDITORIAÇÃO**  
Alessandro Muratore

**ARQUIVO**  
Vladimir Moreira

**FOTOGRAFIA**  
Dário Gabriel, Paulo Rocha e  
Rondineli Castelo

**ESTAGIÁRIOS**  
Bruno de Castro, Diólio Lopes,  
Jackelyne Collins e Pablo de  
Paula

**MESA DIRETORA  
PRESIDENTE**  
Domingos Filho

**1º VICE-PRESIDENTE**  
Gony Arruda

**2º VICE-PRESIDENTE**  
Francisco Caminha

**1º SECRETÁRIO**  
Zezinho Albuquerque

**2º SECRETÁRIO**  
Fernando Hugo

**3º SECRETÁRIO**  
Hermínio Resende

**4º SECRETÁRIO**  
Osmar Baquit

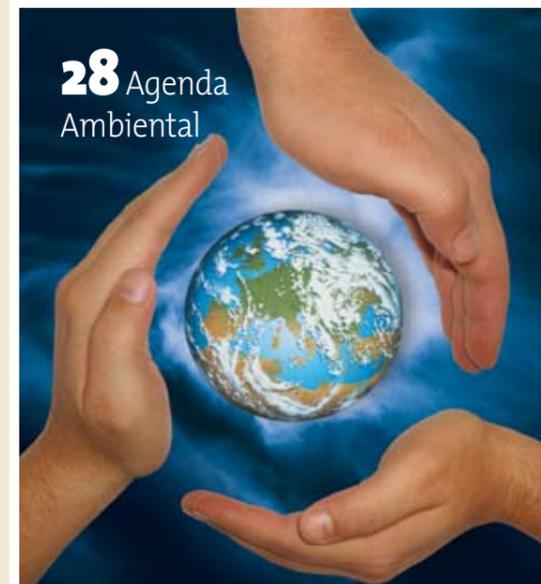
**IMPRESSÃO**  
Pouchain Ramos  
Tiragem: 5 mil exemplares

# plenário



**22** Lei Maria  
da Penha

- 4 >** Atualização Constitucional
- 6 >** Degradação do solo
- 12 >** Entrevista Eudoro Santana
- 18 >** Ouvidoria
- 20 >** Coordenadoria Militar
- 26 >** Trânsito
- 30 >** Saúde dos idosos
- 34 >** Universidade do parlamento
- 36 >** Inesp traz novas publicações
- 38 >** Orçamento da União
- 42 >** Especulação imobiliária
- 45 >** Notas
- 46 >** Reforma na estrutura
- 47 >** Ampliação da grade de TV
- 48 >** Perfil
- 49 >** Dicas de arte
- 50 >** Crônica



**28** Agenda  
Ambiental



**9** Rádio  
Assembléia

# Deputados fazem força-tarefa para votar emendas

O processo de formatização das emendas referentes à Atualização da Constituição Estadual já se encontra em fase de conclusão. O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho (PMDB), se reuniu com os integrantes da comissão de sistematização para que haja um esforço concentrado e o anteprojeto seja concluído brevemente. No mês de agosto, as emendas passaram pelas Comissões Técnicas da Assembleia, onde receberam parecer. Elas foram distribuídas por temas pelas 14 comissões técnicas da Casa. Nesse processo, foram analisadas 487 propostas oriundas de instituições e entidades representativas da sociedade civil organizada. As comissões começaram



>> Domingos Filho, presidente da AL

esse processo de análise ainda no recesso parlamentar, no mês de julho deste ano, que se mostrou um período de grande atividade, com debates e audiências públicas para a discussão das propostas.

De todas as emendas que foram analisadas pelas Comissões Técnicas, 15% foram aceitas, ou seja, receberam estudo técnico de viabilidade constitucional e parecer favorável para encaminhamento à Comissão de Sistematização, conforme informou o diretor adjunto operacional da Assembleia, Carlos Antônio Martins. Esse processo foi concluído pelas comissões em meados de agosto.

Segundo Carlos Martins, a Comissão de Atualização, composta por renomados juristas coordenados por Valmir Pontes Filho, está formulando o anteprojeto. “Esta última comissão é a responsável por elaborar o anteprojeto, que seguirá para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação”, afirmou o procurador jurídico da Casa, José Leite. A partir de então, as emendas receberão seu texto final e estarão prontas para a apreciação no plenário. Para serem aprovadas, essas propostas precisam de 3/5 da maioria dos deputados, em uma votação em dois turnos.

A idéia inicial é que o anteprojeto da revisão da nova Constituição fosse concluído até o dia 5 de outubro, aniversário de 18 anos de promulgação da atual Carta Magna. Mas o prazo para a conclusão dos trabalhos pela Comissão de Atualização foi prorrogado até 26 deste mês.



## Período de grande atividade nas Comissões Técnicas

A discussão das emendas à Constituição foi um período de grande atividade nas Comissões Técnicas. Foram realizadas muitas sessões extraordinárias e audiências públicas para discutir as propostas com representantes da sociedade civil organizada.

A Comissão que recebeu o maior número de emendas foi a de Trabalho,

Administração e Serviço Público para a qual foram encaminhadas 147 propostas voltadas para os servidores. Em segundo lugar ficou a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que recebeu 53 propostas. “Por abranger estes três setores, recebeu a segunda maior quantidade”, explicou o diretor adjunto operacional da Assembleia, Carlos Martins, acres-

centando que o tema cultura, depois da elaboração da Constituinte Cultural, da Secretaria de Cultura do Estado (Secult), recebeu várias propostas de emendas.

As outras propostas foram distribuídas pela diretoria operacional da seguinte forma: Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, com 34 emendas; Agropecuária e Recursos Hídricos, 26; Defesa do

Consumidor, quatro; Indústria, Comércio, Turismo e Serviço, 18; Direitos Humanos e Cidadania, 39; Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior, 24; Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido, 19; Seguridade Social e Saúde, 37; Ciência e Tecnologia, 10; Fiscalização e Controle, 24; Defesa Social, 35; e Infância e Adolescência, 18 emendas.

Emendas Solicitadas	Favoráveis	Parcialmente favoráveis	Desfavorável	Prejudicada
Defesa do Consumidor		1	4	
Indústria, Comércio, Turismo e Serviços	5	3	10	
Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior	13		11	
Direitos Humanos e Cidadania	30		9	
Infância e Adolescência	11	4	3	
Ciência e Tecnologia	7		8	
Educação, Cultura e Desporto	18	3	23	1
Defesa Social	9		26	
Agropecuária, Recursos Hídricos e Minerais	6	5	11	1

\*Fonte: Diretoria Adjunto Operacional



# Degradação do solo afeta municípios cearenses

**Terras** degradadas tanto por variações climáticas como por atividades humanas. Áreas que tiveram o solo utilizado de forma intensiva na agricultura ou que foram manuseadas para o sobrepastoreio, a mineração; que sofrem com o desmatamento desordenado, com as queimadas, com o extrativismo de madeira, com a utilização e manejo incorretos do solo, com a irrigação mal conduzida e que possuem uma alta densidade populacional. Estes são os cenários encontrados em algumas localidades do Ceará que estão passando por um processo de desertificação, um fenômeno que está crescendo nos territórios localizados em zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas do Brasil.

De acordo com estudo produzido em 2005 pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) nesse quesito, o Ceará possui três grandes extensões de terra comprometidas quanto à preservação dos recursos naturais: os Inhamuns/Sertão do Crateús; o município de Irauçuba e regiões circunvizinhas; e o Médio Jaguaribe, que, com base no que indica o levantamento, chega a ter 23,54% do seu território em fase de degradação avançada.

Numa análise do panorama nacio-

nal, todos os estados nordestinos, além de Minas Gerais e Espírito Santo são os locais mais afetados e sujeitos à desertificação. Se contabilizarmos a área total do Brasil que está nessas condições, o número alcança 980.711,58 km<sup>2</sup>, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. “Vários fatores contribuem para a questão da desertificação no nosso Estado: primeiro, temos o fato de o Ceará estar majoritariamente enquadrado no semi-árido; segundo, percebemos a predominância de solos susceptíveis à erosão; depois, nós possuímos rochas cristalinas que dificultam o acúmulo de água; e, por último, nós temos uma das maiores densidades demográficas do Nordeste”, diz a engenheira agrônoma do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (DHIMA) da Funceme, Sonia Barreto Perdigão de Oliveira.

Apesar de aparentemente desanimadores, esses dados não refletem o cenário de tentativa de mudança aqui no Ceará. Com a comprovação da situação dessas localidades, um projeto de política estadual de combate e prevenção à desertificação foi proposto pelo deputado Lula Morais (PCdoB) na Assembleia Legislativa. “Nosso objetivo é trabalhar a conscientização popular no que diz

respeito à degradação. Para isto, nós pretendemos instituir mecanismos de proteção à flora, à fauna e ao solo. Queremos estimular, também, a gestão de recursos hídricos e o desenvolvimento de pesquisas científicas”, explica Lula.

No dia 28 de setembro, a partir de uma articulação do deputado Lula Morais e do senador Inácio Arruda, também do PCdoB, a Assembleia Legislativa do Ceará sediou a realização do Seminário sobre a Prevenção e Combate à Desertificação, uma iniciativa da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, que pretende acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no território brasileiro.

O evento contou com a participação de representantes de várias entidades ligadas à proteção ao meio-ambiente que reforçaram a importância do combate à desertificação. Eles discutiram alternativas de enfrentamento ao problema que estão dando certo no Ceará. Maria Dolores Andrade, representando a ONG Compan, citou como exemplo o projeto Eives, no município de Tauá e Picos. “A partir da realidade encontrada, houve o projeto Arizona, da UFC com a Universidade do Arizona, tentando estabelecer políticas de convivência. Mas nenhum dos dois projetos estão sendo bem utilizados”, acrescentou.

Ela lembrou ainda que na Região dos Inhamuns foi criado um Pacto entre os municípios que enfrentam adversidade climática. “Vamos nos juntar na pobreza e isso é importante”, completou. Ela disse, ainda, que a degradação ambiental gera a degradação do homem, também. “O que está havendo nas regiões mais secas como a do Inhamuns, com muita intensidade, é o êxodo rural”, avaliou, acrescentando que o homem dessas regiões precisa de incentivos e de políticas públicas específicas.

Veja o quadro de degradação avançada em alguns municípios cearenses

Município	Área do município (ha)	Área degradada
Jaguaribe	187.649	23,54%
Jaguetama	168.245	17,59%
Jaguaribara	65.584	11,34%
São João do Jaguaribe	28.680	8,74%
Alto Santo	132.290	7,12%
Potiretama	49.520	3,34%
Iracema	77.000	2,75%
Morada Nova	277.920	1,6%
Limoeiro do Norte	75.150	0,38%

## Cisternas de placa

Além de iniciativas como o projeto apresentado pelo deputado, organizações como a Igreja Católica também têm trabalhado no sentido de combater os efeitos da desertificação na sociedade. A Cáritas, uma instituição de assistência social ligada à Igreja, criou o Projeto Cisternas, trabalho que tem como principal objetivo construir uma cisterna para cada casa do semi-árido nordestino, onde vivem cerca de três milhões de famílias. Em 2001, este mesmo projeto foi adotado pela Articulação pelo Semi-Árido (ASA), entidade que reúne mais de 700 ONG's do Nordeste brasileiro com o intuito de erradicar a fome e a pobreza da região.

**A Cáritas, uma instituição de assistência social ligada à Igreja, criou o Projeto Cisternas, trabalho que tem como principal objetivo construir uma cisterna para cada casa do semi-árido nordestino.**

No caso da proposta apresentada pelo deputado, o projeto também vai gerar capacitação de mão-de-obra rural na redução dos efeitos da desertificação nos municípios. “Com isto, nós vamos fazer com que o homem do campo saiba manusear a terra da forma correta”, completa o deputado.



>> O presidente da casa Domingos Filho (PMDB), Inácio Arruda e Lula Morais ambos PCdoB, no Seminário sobre a Prevenção e Combate à Desertificação

## Casagrande defende combate à desertificação

O relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, senador Renato Casagrande (PSB-ES), ressaltou, durante sessão especial na Assembléia, possuir um plano para combate à desertificação. “Cada Estado precisa criar um plano eficaz para combater as mudanças climáticas, como a seca e a desertificação”, disse ele.

O senador também fez referência a potenciais energéticos que, segundo ele, podem ser melhor aproveitados. “Um outro ponto a ser trabalhado é o da matriz energética. Hoje é muito mais fácil gerar energia por meio das hidroelétricas, mas esse não é o único caminho para o Brasil. Nós temos um grande potencial eólico, por isso, é fundamental que as matrizes energéticas, no caso a eólica, sejam mais aproveitadas”, ressaltou Casagrande.

O senador destacou ainda que o pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a criação de uma Agenda Mundial do Meio Ambiente, ao participar da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada na Áustria, em agosto, onde foram discutidas as questões econômicas das mudanças climáticas no planeta. A Agenda teria o objetivo de substituir o Protocolo de Kyoto, que se vence em 2012.

Já o senador Inácio Arruda (PCdoB), que também faz parte da Comissão, salientou que o tema da energia eólica precisa ser discutido de forma mais aprofundada. Ele lembrou que aqui no Ceará, “nós temos a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), que é importante não só para o Estado, mas para todo o Nordeste. Nós temos muita capacidade para produzir energia eólica, e passar a sermos exportadores, embora essa produção tenha um alto custo”, enfatizou Inácio Arruda.

# Rádio FM Assembléia vai ao ar em caráter experimental

A Rádio FM Assembléia vai transmitir para os 184 municípios cearenses tudo que o Legislativo produz, desde as sessões ordinárias, as audiências públicas e outros serviços, como os prestados pelo Procon da Assembléia e o Espaço do Povo.

A Rádio FM Assembléia já está no ar em caráter experimental. Como a primeira emissora de rádio do gênero em todo Brasil, a FM Assembléia é fruto de um esforço que começou ainda na Mesa Diretora anterior, que era presidida pelo deputado Marcos Cals, e torna-se realidade agora graças ao trabalho do atual presidente, deputado Domingos Filho (PMDB).

Domingos Filho envidou todos os esforços para tornar real o sonho da FM Assembléia. Fez sucessivas viagens a Brasília, mantendo contatos com o Ministério das Comunicações e com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sempre acompanhado pelo ex-ministro e atual deputado federal Eunício Oliveira (PMDB), cujo apoio foi fundamental para viabilizar o sinal da rádio.

Para viabilizar o sinal da rádio para todo o Estado do Ceará, o presidente da Casa, deputado Domingos Filho, assinou convênio com a Associação Cearense de Emissoras de Rádio de Televisão (Acert). A rádio tem como proposta cumprir o papel de aproximar ainda mais o cidadão do Parlamento, notadamente, as populações que vivem nos recantos mais longínquos do Estado, onde o único acesso à informação ainda se dá por meio do rádio.

Para viabilizar o sinal da rádio para todo o Estado do Ceará, o presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB), assinou convênio com a Associação Cearense de Emissoras de Rádio de Televisão (Acert). A rádio tem como proposta aproximar ainda mais o cidadão do Parlamento.

Mas a abrangência da rádio não está limitada a pequenos distritos e vilas do interior. A coordenadora de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, jornalista Sílvia Góes, diz que além de ser mais uma ferramenta de comunicação disponibilizada pelo Legislativo cearense, terá grande importância na formação política do nosso povo, que poderá saber como funciona a Assembléia Legislativa e qual o verdadeiro papel do Parlamento num Estado Democrático de Direito. “O rádio é, por excelência, um veículo de massa, com uma grande inserção em todas as camadas sociais, atingindo os lugares mais distantes”, afirma Sílvia Góes. A jornalista Fátima Abreu, Diretora da Rádio FM Assembléia também

concorda com a grande abrangência desse veículo: “Ao contrário do que dizem por aí, o rádio não morre nunca. Ele continua sendo ouvido em todos os lugares, por todas as camadas sociais”.

Sílvia Góes faz questão de enfatizar que a implantação da Rádio FM Assembléia é resultado de um esforço conjunto que começa na Mesa Diretora da Casa e termina em uma equipe dedicada que vem trabalhando diuturnamente para sua viabilização.

A previsão é que a Rádio FM Assembléia transmita para os 184 municípios cearenses tudo que o Legislativo produz, desde as sessões ordinárias, as audiências públicas e outros serviços, como o prestado pelo Procon da Assembléia e o Espaço do Povo. Segundo a diretora da rádio, a jornalista Fátima Abreu, a construção da cidadania tem que passar, obrigatoriamente, pela cultura. “Por isso, teremos também uma programação musical de qualidade”, disse ela. A Rádio FM Assembléia está no ar integrando o sistema de comunicação do Poder Legislativo cearense, que conta com a TV Assembléia, o novo Portal na Internet, o Jornal Assembléia e a Revista Plenário.

#### » Serviço

Rádio FM Assembléia pode ser sintonizada na frequência 96.7.

## Uma vida dedicada ao rádio

A Diretora da Rádio FM Assembléia Legislativa tem uma vida completamente dedicada ao rádio. Nos seus 20 e tantos anos de profissão, desde que saiu do Curso de Comunicação Social da UFC, Fabreu, como é chamada pelos amigos, tem vivido nos estúdios de rádio, às voltas com entrevistas, produção de programas, elaboração de noticiários. Já trabalhou em várias emissoras, mas foi na Rádio AM do O POVO que passou a maior parte da carreira jornalística e se firmou como uma das maiores conhecedoras dos meandros deste popular veículo de comunicação.

“Entrei no rádio pelas mãos do Nonato Albuquerque”, diz Fátima Abreu, cheia de orgulho, ao falar do amigo jornalista, que hoje ancora um programa de sucesso na TV Jangadeiro. Sua carreira no rádio começou de forma inesperada na Rádio Iracema, quando foi gravar um áudio sobre a colônia dos hansenianos. “O Nonato estava lá, ouviu minha voz e me convidou para trabalhar na (rádio) Iracema”, diz Fátima que, por essa época, já emprestava sua voz para trabalhos beneficentes.

Na verdade, muito antes de escolher a profissão de jornalista, Fabreu já tinha uma espécie de namoro, ainda que inconsciente, com o rádio. “Cresci ouvindo o Zé Lisboa. Adorava, não perdia um programa dele”, lembra. Na Rádio Iracema, passou oito meses apresentando um programa musical e de variedades, parando por cerca de



> A diretora da Rádio FM Assembléia Fátima Abreu tem mais de 20 anos de experiência

dois anos, para cuidar dos três filhos. E fez isso com o amor e a dedicação que deposita em tudo que faz, acrescida da força da mulher guerreira e da leoa nos cuidados das suas crias. E hoje, confessa, é uma avó absolutamente coruja, com a sensação do dever cumprido.

Após esse período, Fátima Abreu retornou ao rádio dois anos depois, entrando para a recém inaugurada Rádio AM do POVO, onde cumpriu por quase 20 anos uma rotina de acordar às 4 horas da manhã para fazer a produção dos noticiários

matutinos. Naquela emissora, Fátima juntou seu talento para o rádio com a experiência adquirida no dia a dia, atuando ora como produtora, ora como entrevistadora, ora como redatora. “Na Rádio O POVO fiz de tudo um pouco e aprendi tudo que sei. Por isso, até hoje, a emissora é meu maior referencial”, disse ela, que agora empresta a mesma dedicação e talento para comandar a FM Assembléia. Sempre com a mesma alegria e empolgação da menina que emprestava sua voz para causas sociais há mais de 20 anos.



>> Perfil

- ▶ Engenheiro civil com pós-graduação em manutenção de refinaria de petróleo
- ▶ Deputado estadual por quatro mandatos (1987 - 1990; 1991-1994; 1997-1998 e 1999-2002)
- ▶ Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp) (1995-1996)
- ▶ Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (1985-1986)
- ▶ Secretário da Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará (1987 - 1989)
- ▶ Representante da Assembléia Legislativa do Ceará na comitiva cearense que visitou a 11ª Feira Internacional da Agricultura (Agritech/99, em Israel)
- ▶ Diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) (2003-2007)

## Conselho de Altos Estudos qualifica o debate na AL

**A exemplo** do que já existe no Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa do Ceará irá inaugurar em outubro, um Conselho de Altos Estudos, entidade que vai qualificar o debate na Casa e ainda propor políticas públicas. O órgão terá caráter técnico-consultivo e será vinculado à Mesa Diretora da Assembléia. O ex-deputado estadual e ex-diretor do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), Eudoro Santana, está à frente da formatação do Conselho, que deverá ser instalado em outubro. Ele foi convidado pelo presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB) para ocupar o cargo de secretário-executivo do novo órgão.

Segundo Eudoro Santana, o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos (Caeae) tem o papel fundamental de estudar, formatar, acompanhar e avaliar, como uma espécie de assessoria do Parlamento, as políticas públicas e os grandes programas estratégicos do Estado. Ele explica que o conselho terá a grande responsabilidade de escolher temas importantes para o desenvolvimento do Estado, reunir todos os atores envolvidos no debate e sistematizar essas idéias para que elas se tornem políticas públicas eficientes. “O que existe hoje são muitos órgãos que fazem as mesmas coisas e os resultados não são eficientes”.

Eudoro Santana explica que o ideal do presidente Domingos Filho, ao criar o Caeae, é devolver ao parlamento esta-

dual prerrogativas que ele, assim como os legislativos de uma forma geral, perdeu ao longo dos anos. “A proposta é capacitar o Parlamento, os servidores, dar subsídio aos parlamentares para que eles possam assumir seu novo papel, ou seja, colocar o parlamento como elo de ligação entre o poder público e a sociedade para o fortalecimento da democracia e, cada vez mais, a democracia participativa”.

**PLENÁRIO** - Como vai funcionar o Conselho de Altos Estudos para o Desenvolvimento do Ceará?

**EUDORO SANTANA** - O Conselho, embora tenha sido inspirado no Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal, tem uma diferença. O conselho da Câmara Federal é formado apenas por parlamentares. O Conselho aqui da Assembléia é constituído por parlamentares, que são os membros efetivos, e membros temporários que são os convidados especiais. Podem ser parlamentares de uma comissão que trata, por exemplo, de energia, se o assunto que está sendo debatido é esse. Também pode ser membro temporário um assessor qualificado ou especialistas. O grande diferencial é esse aí. Vamos convidar especialistas que tenham conhecimentos, tese, doutorado, mestrado em políticas públicas da área que está sendo discutida. Por exemplo, vamos dizer que o conselho esteja estudando o Programa de Segurança Hídrica do Estado. Então aí o conselho pode ter dois ou três conselheiros temporários sendo especia-

**O papel do Conselho de Altos Estudos é de estudar, formatar, acompanhar e avaliar, como uma espécie de assessoria do parlamento, as políticas públicas, os grandes programas estratégicos do Estado. Eu poderia citar alguns pela importância como, por exemplo, o programa de segurança pública.**

listas nessa área. O conselho será constituído de parlamentares e não parlamentares. O conselho é elástico quanto ao número de conselheiros convidados. Só é fixo quanto ao número de deputados. São sete deputados.

**P** - Como vai ser a sistematização do trabalho do Conselho de Altos Estudos para o Desenvolvimento do Ceará? Ele vai ser um centro gerador de conhecimento ou vai orientar as discussões dentro do parlamento?

**ES** - O papel do Conselho de Altos Estudos é de estudar, formatar, acompanhar e avaliar, como uma espécie de assessoria do parlamento, as políticas públicas, os grandes programas estratégicos do Estado. Eu poderia citar alguns pela importância como, por exemplo, o programa de segurança pública. É uma área estratégica para o Estado e o Parlamento não pode ficar alheio a essa discussão. Porque segurança pública não é só polícia. Hoje a segurança pública envolve toda a comunidade, envolve todos, e a Assembléia não pode ficar fora desse debate. Esse é um programa

que o Conselho deve estudar com essa visão científica, de especialistas, de parlamentares. Outro programa importante que é o de segurança hídrica e eficiência do uso da água. Já existe em debate todo um processo, um estudo, um grande programa que pode ser realizado ao longo de 10, 15 ou 20 anos, mas é um programa com todos os seus detalhes, definindo a responsabilidade do Estado, das entidades federais, municipais, da sociedade. Outro programa importante é o de eficiência energética, programa de grande alcance, fundamental e que envolve toda a sociedade. Então esse é que é o conceito do Conselho de Altos Estudos. Ele vai ser um conselho de alto nível para dar ao parlamento respaldo, condições de ocupar seu novo papel. Agora eu quero dar uma parada aqui para explicar o porquê dessa necessidade. Exatamente em razão da perda de espaço que o parlamento teve ao longo desses últimos 40 anos.

**P** - De espaço, em que sentido?

**ES** - No sentido que o Parlamento era o poder que formatava a estrutura pública. Fazia o orçamento tanto em nível nacional como nos Estados. Na medida que o tempo foi passando, o parlamento foi perdendo esse papel de legislar. Então, hoje quem faz o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento é o próprio Executivo. Prepara lá, manda pra cá, e o Parlamento vai aprovar, quando muito emendar. Então se perdeu esse espaço. No passado, o parlamento podia criar até uma secretaria. Hoje não. Até para mudar um departamento ou criar uma função dentro do Estado, isso é função privativa do Executivo.

**P** - Essa perda de espaço foi por conta da ausência de quadros capacitados dentro do parlamento?

**ES** - Não, essa perda foi em função, eu diria, da hipertrofia do próprio Executivo. O Executivo foi assumindo, além da execução, o papel de formatação, de legislador. Isso é um equívoco, mas hoje é uma realidade. Uma medida provisória, por exemplo, é



uma realidade. Depois, num segundo momento, o segundo papel do Parlamento, o de fiscalizar as leis, foi assumido pelos tribunais de contas. Os tribunais de contas eram órgãos auxiliares do parlamento, tanto o TCU (Tribunal de Contas da União), o TCE (Tribunal de Contas do Estado) e o TCM (Tribunal de Contas do Município). Com o passar do tempo, essas instituições

cresceram muito, assumiram um poder muito grande e hoje elas não dão 'bola' nenhuma para o Parlamento. Hoje, o TCU é um órgão acima do Parlamento. Ficaram órgãos totalmente independentes, primeiro porque os conselheiros são nomeados pelo Executivo. Então isso é uma perda de poder. E também porque essas instituições cresceram, elas foram vendo que não era possível

apenas ficar olhando a contabilidade pública, elas precisam ver as ações físicas. Hoje elas estão em um outro patamar. Hoje, os tribunais no mundo inteiro não estão só preocupados se aquele dinheiro foi usado na obra e a obra foi construída. Não. Eles querem saber para que serve aquela obra, se está servindo à população, se melhorou a vida desta população. É o chamado balanço social. Então, na medida que os tribunais assumiram esse papel e assumiram competentemente esse espaço que em tese era do Parlamento, o Parlamento também teve a queda. E, finalmente, pra pegar apenas três tópicos, o Neoliberalismo trouxe a figura da privatização, da diminuição da figura do Estado. Então, com as privatizações, foi criada uma outra estrutura sobre a qual o Executivo tivesse domínio. São as agências reguladoras. Embora elas sejam aparentemente independentes do governo, elas são nomeadas pelo governo, pagas pelo governo, então elas ao invés de ser agências reguladoras para garantir que aquele serviço tivesse a qualidade e o atendimento à população que deveria ter, elas passaram a ser muito mais agências de fiscalização do Executivo, ou seja, fiscaliza o contrato que o governo fez. Então, em resumo, o Parlamento precisa se reencontrar.

**P** - O Conselho e Altos Estudos vai ajudar exatamente no fortalecimento dos parlamentos?

**ES** - Quando o Congresso Nacional cria uma Comissão de Altos Estudos está buscando exatamente isso. Primeiro, capacitar o Parlamento, os servidores, dar subsídio aos parlamentares, dar conteúdo para que eles possam assumir seu novo papel, ou seja, colocar o Parlamento como elo de ligação entre o poder público e a sociedade para o fortalecimento da democracia e, cada vez mais, da democracia participativa. O Parlamento abre esse espaço para a cidadania. Então o papel do Parlamento é estudar os grandes programas, as grandes políticas públicas, acompanhar, formatar isso para que o Executivo

possa executá-las, fazer o acompanhamento e a avaliação permanente dessas políticas públicas. Isso é um fator importante para o Parlamento. Mas isso não é uma tarefa fácil. Por isso temos que ter competência, ter gente especializada, com formação, ter pesquisa, ter dados para podermos propor alternativas, mudanças ou até extinção de alguma coisa que está gastando dinheiro e não está servindo.

**P** - O senhor mesmo citou que o Executivo passou a assumir algumas atribuições que antes eram dos parlamentos. O senhor acha então que agora, a partir de um conselho que vai propor mudanças nas políticas públicas, o Executivo vai ter boa vontade para adotar as propostas apresentadas exatamente pelo Parlamento?

**ES** - Há uma característica no Executivo que é uma característica feudal. Cada instituição pública é como se fosse um latifúndio, ela quer tratar só ela de um assunto. Por exemplo, quando se trata de recursos hídricos. Você tem aqui no Estado várias instituições, em nível federal, outras instituições, em nível municipal, também. Então, cada um quer ter um pouquinho de dinheiro pra fazer aquilo e, às vezes, fazendo a mesma coisa. Se você olhar, por exemplo, a pesca no Brasil, você vai ter centenas de instituições que trabalham a questão, gastando dinheiro, quando esse dinheiro poderia ser gasto de forma mais racional. Então, nós vamos tentar saber quem é quem, o que estão fazendo, para que uma instituição não faça a mesma coisa que a outra. Então como isso é uma característica do Executivo, de ter essa visão latifundiária, de ter o seu espaço, não quer que ninguém entre, é muito difícil ter uma relação respeitável e de responsabilidade entre os órgãos. Diante disso, chegou-se à conclusão que uma instituição que não executa nada, que não tem latifúndio, portanto, não tem propriedade, não tem território pra ela trabalhar, território no sentido de área exclusiva, portanto é muito mais aberta ao diálogo. O Parlamento tem essa característica. O Parlamento não execu-

» Saiba mais

■ O Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos é um órgão técnico-científico vinculado à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

■ O Conselho destina-se precipuamente a oferecer embasamento técnico-científico necessário ao planejamento de políticas públicas e ao processo decisório legislativo no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

■ A programação de atividades ou estudos conjunturais do conselho será definida com base em sugestões ou propostas da Mesa, das comissões e do Colégio de Líderes ou por iniciativa dos seus membros natos e/ou da secretaria executiva.

■ As atividades do conselho serão acompanhadas por uma equipe de consultores, formada por pessoas de notável saber nas áreas das Ciências e Tecnologia, nomeada pelo presidente do Conselho de Altos Estudos e coordenada pelo secretário executivo do conselho.



ta, não tem latifúndio, não tem propriedade, não tem território, por isso, ele é fácil de ouvir muito mais que o Executivo. Então será mais fácil para o parlamento compatibilizar todas essas idéias para depois sair um grande programa.

**P** - Mesmo pertencendo a uma casa política, o Conselho de Altos Estudos vai ter uma posição apartidária?

**ES** - O Conselho está no papel de assessoria, mesmo tendo a participação de parlamentares, de partidos, o conselho não tem o poder que tem a Assembléia, ou seja, os 46 deputados reunidos. Ela é como uma comissão. Ele é consultivo, só que vai ser um consultivo que vai ter todas as informações, que vai ter condições de responder a todas as dúvidas que o parlamento, ou seja, o plenário quiser. Primeiro porque esse grupo de parlamentares que vai constituir o Conselho vai participar de todo esse debate, ouvir, colaborar e, ao final, aprovar uma proposta e então levá-la para o plenário. E o plenário poderá aprovar, não como uma lei, como uma coisa impositiva, mas como um grande programa para oferecer ao Executivo com a participação de toda a sociedade.

**P** - Como vai ser definida a pauta de discussão do Conselho de Altos Estudos?

**ES** - São os integrantes do Conselho que vão definir. Após ser instalado, os parlamentares que integram o Conselho vão definir a pauta.

**P** - Mas o senhor já tem alguns temas que devem fazer parte das discussões desse Conselho?

**EUDORO SANTANA** - Alguns temas como o uso do reserva hídrica do Estado, a questão da segurança, a questão energética, são questões emergenciais. Mas outros temas podem ser discutidos. O presidente Domingos Filho concordou que alguns temas são tão urgentes que, talvez, precisem ser os primeiros a serem estudados, mas ainda vai ser definida a pauta. O que vamos fazer não é um programa de governo, é um programa da sociedade. Vamos construir políticas públicas como um programa da sociedade, do Estado do Ceará que, inclusive, envolve também a participação federal, mas no território cearense, independente de quem é que vai fazer, se o presidente, o governador, um prefeito ou uma ONG (organização não governamental).

**O que vamos fazer não é um programa de governo, é um programa da sociedade. Vamos construir políticas públicas como um programa da sociedade, do Estado do Ceará**

» Integrantes do Conselho

**I - membros natos ou representantes, com mandato por tempo determinado:**

■ o presidente da Assembléia Legislativa ou outro membro da Mesa, por ela indicado, a quem caberá presidir o conselho;

■ sete deputados estaduais portadores de currículo acadêmico ou experiência profissional compatível com os objetivos do conselho,

indicados pelos líderes e designados pelo presidente da Assembléia Legislativa, com observância da proporcionalidade partidária prevista no Regimento Interno;

■ secretário do Executivo do Conselho

**II - membros temporários, com atuação restrita a cada trabalho, estudo ou projeto específico de que devam participar no âmbito do conselho:**

■ um deputado representante de cada comissão permanente cuja área de atividade esteja afeita ao assunto em debate;

■ um assessor legislativo, indicado pela comissão;

■ por proposta do conselho ou indicação de sua secretaria executiva de cientistas e especialistas de notório saber, via convênio, ajuste ou contrato com outras instituições públicas ou privadas.

# Ouvidoria da Assembleia já recebe demandas



>> Deputado Ronaldo Martins,  
ouvidor da Assembleia

**Criar** um canal aberto de diálogo e interatividade entre os parlamentares e a população. Esse é o principal objetivo de um sistema de ouvidoria em uma instituição. Objetivo que se transformou em mais uma meta da Assembleia Legislativa com a criação de uma ouvidoria própria. Com isto, a AL pretende trabalhar a “defesa dos direitos do cidadão em relação aos serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo Estadual; receber e esclarecer denúncias e reclamações sobre as atividades governamentais e da Assembleia Legislativa; analisar e emitir pareceres sobre assuntos que lhe forem encaminhados; prestar esclarecimentos ao cidadão sobre a gestão do setor público; e comunicar por escrito aos reclamantes ou denunciadores sobre as medidas corretivas que serão adotadas pelo Estado na questão apresentada”.

Em processo final de implantação, a sede da ouvidoria da AL vai funcionar no mesmo espaço que será utilizado pela Universidade do Parlamento Cearense (Unipace). Mesmo ainda estando em fase de conclusão, a ouvidoria da AL já está recebendo as demandas do povo cearense através do seu endereço eletrônico. “Desde quando começamos a divulgar nosso e-mail, nós recebemos mais de 20 demandas”, diz o ouvidor da Assembleia, deputado Ronaldo Martins (PMDB).

Demandas essas que são debatidas em conjunto com a coordenação da

ouvidoria para, em seguida, receberem o encaminhamento necessário. “Como estamos iniciando os trabalhos, as demandas ainda estão em pouco número. Isso faz com que a gente dê uma resposta num prazo máximo de cinco dias”, continua Ronaldo.

Também é função da ouvidoria da AL “verificar e analisar juridicamente as questões encaminhadas pela comunidade; propor, do ponto de vista jurídico, medidas corretivas caso sejam detectadas irregularidades; e ter manter uma relação com todo o sistema jurídico do Poder Legislativo Estadual objetivando o correto esclarecimento das questões propostas”. Isto, além de também propor ações técnicas corretivas para que os organismos governamentais sejam melhorados; e garantir o fluxo de informações para esclarecimento das questões apresentadas.

“Nossa expectativa é de que em breve os atendimentos presenciais sejam iniciados”, conclui o ouvidor da Assembleia, deputado Ronaldo Martins.

## >> Serviço

O e-mail da ouvidoria da Assembleia para o envio de sugestões e reclamações é [ouvidoria@al.ce.gov.br](mailto:ouvidoria@al.ce.gov.br)

# Coordenadoria Militar amplia atividade de segurança

**A Coordenadoria Militar** da Assembléia Legislativa, criada em julho de 2003, destina-se a zelar pela segurança do Poder Legislativo (presidente, deputados e componentes da Mesa Diretora). O coordenador militar Amarílio Melo, responsável pelo setor desde fevereiro de 2007, criou novos projetos de segurança que serão implantados em 2008, dentre eles, o projeto que visa a ampliação da zona de segurança da Assembléia através do uso de meios tecnológicos, policiamento das áreas circunvizinhas e criação da brigada de incêndio.

A Coordenadoria Militar (CM) interage com a 4ª Companhia de Polícia de Guarda da Assembléia Legislativa (4ª CPG). A 4ª Companhia é responsável pela segurança dos estabelecimentos do Poder Legislativo, a guarda das instalações físicas do prédio principal, seus anexos e áreas vizinhas, além de zelar pela integridade física de parlamentares, funcionários e visitantes. De acordo com coronel Amarílio Melo, a Companhia apóia a Coordenadoria Militar. “Todas as demandas relacionadas à segurança são executadas pela 4ª CPG, sob a nossa orientação”, explicou.

Como órgão integrante da segurança, a CM colabora com a segurança pública. “Nós implantamos um policiamento de bicicletas nas ruas próximas a Assembléia”, informou o coronel Amarílio. Segundo ele, a realização dessa modalidade de policiamento diminuiu a quantidade de arrombamentos e furtos de veículos. “A presença da polícia

tem sido muito importante para as pessoas que moram perto da Assembléia que, quando necessário, solicitam nosso apoio”, complementou.

O coronel afirmou ainda que a construção de novas salas para audiências públicas foi um dos motivos para a ampliação da zona de segurança da Casa. “Nós temos câmeras e vídeos de monitoramento. Este ano, colocamos cinco câmeras e temos que colocar mais no ano que vem”, relatou. Para ele, é funda-

mental melhorar o controle das três entradas do prédio através de um sistema informatizado, colocando computadores com sistema de leitura de documentos e catracas eletrônicas nas portarias.

O coordenador militar informou sobre a importância dos projetos que tramitam na Casa de automação (sistema com capacidade de substituir quase independentemente o controle humano) do estacionamento e a inclusão de portais magnéticos. “Também estamos resolvendo sobre a colocação destes portais na entrada do plenário para que ninguém entre com equipamentos perfurantes, contundentes ou armas de fogo”, afirmou.

A criação da brigada de incêndio é mais um dos projetos da CM, que capacitou alguns funcionários da Assembléia para prevenção e apoio no caso de incêndio. “Concluímos o treinamento com duas turmas e vamos ampliar até chegar a 300 funcionários”, relatou Amarílio. Segundo ele, a Assembléia Legislativa possui um pequeno contingente do Corpo de Bombeiros que está trabalhando 24 horas para auxiliar essa brigada de incêndio. Além disso, o coronel alertou ainda para a necessidade de adquirir sensores de fumaça e calor.

O coordenador militar enfatiza o projeto de capacitação de profissionais para área de segurança, que será ofertado pela Casa Militar do Governo. “Então estamos com esse projeto em andamento, com o treinamento e capacitação dos profissionais de segurança da Casa”, concluiu.

O coordenador militar informou sobre a importância dos projetos que tramitam na Casa de automação (sistema com capacidade de substituir quase independentemente o controle humano) do estacionamento e a inclusão de portais magnéticos. “Também estamos resolvendo sobre a colocação destes portais na entrada do plenário para que ninguém entre com equipamentos perfurantes, contundentes ou armas de fogo”, afirmou.

O coordenador militar enfatiza o projeto de capacitação de profissionais para área de segurança, que será ofertado pela Casa Militar do Governo. “Então estamos com esse projeto em andamento, com o treinamento e capacitação dos profissionais de segurança da Casa”, concluiu.



>> A Coordenadoria Militar implantou um policiamento de bicicletas nas ruas próximas a Assembléia Legislativa

## >> Saiba mais

### Coordenador Militar:

Coronel Amarílio Francisco Moura Melo

### Ajudante-de-ordens:

Major Carlos Meireles Passos Neto

### Ajudante-de-ordens:

Major João Sérgio Gondim Feitosa

### Ajudante-de-ordens:

Capitão Clayton Campos Fernandes

Ao todo são 54 policiais militares encarregados da segurança. Dois carros e algumas bicicletas que auxiliam no deslocamento

### Coordenadoria Militar:

3277-2533

### Companhia 24 horas:

3277-2515

### Sugestões:

amariliomelo@bol.com.br

\*Fazem parte da Coordenadoria Militar e 4ª CPG

# Uma Luz no fim do túnel

**Olhos** fixos em algum ponto da parede ou do chão. Mãos que insistem em não ficar paradas e só se acalmam ao acalantar um, dois ou três filhos. Rostos marcados pela dor e o medo. Esta é uma cena que se repete diariamente na sala de espera da Delegacia de Defesa da Mulher, em Fortaleza. Passado um ano de sancionada a Lei Maria da Penha, que entre outras mudanças aumentou o rigor das punições das agressões contra a mulher, o que se constata é que o ciclo de humilhações e violência está longe de ser equacionado. A grande mudança, contudo, veio das próprias mulheres, que deixaram de ser as vítimas silenciosas e passaram a denunciar mais seus agressores. “Somente de janeiro a julho deste ano recebemos 6.279 denúncias. Número bem superior ao mesmo período do ano passado, que chegou a casa das 4.700 denúncias”, afirmou a delegada adjunta da Delegacia da Mulher, Bianca Moreira.

O preço dessa atitude, porém, continua alto. Apesar de o Ceará ter registrado um decréscimo de 24,7% no número de assassinato de mulheres de janeiro a julho deste ano, em comparação ao mesmo período de 2006, somente este ano 61 mulheres já perderam a vida por conta da violência. Em 2006, o número chegou a 81 vítimas. Os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) revelam ainda que 55,7% dos crimes foram decorrentes da violência doméstica, dos quais, 45,9% por motivo passional. Do total de vítimas, 41% tinham até 24 anos, sendo que 21,3% eram crianças ou adolescentes.

De acordo com a titular da Delegacia das Mulheres, Rena Gomes Moura, 80% das mulheres assassinadas nunca

havam feito nenhuma denúncia contra o agressor. “As mulheres precisam denunciar logo ao primeiro sinal de violência. E, geralmente, elas só denunciam quando a violência chega nos filhos”. Ela lembra que o problema é que a violência vai se tornando mais grave. E caso a vítima não denuncie logo no início, o agressor pode chegar a matá-la. Atualmente a Delegacia registra uma média entre 60 e 90 Boletins de Ocorrências diários.

“As mulheres precisam denunciar logo ao primeiro sinal de violência. E, geralmente, elas só denunciam quando a violência chega nos filhos”.

Rena Gomes, titular da Delegacia das Mulheres

Especialistas e autoridades apontam a criação da Lei Maria da Penha como fator decisivo na mudança desses números. A vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia, deputada Rachel Marques (PT), avalia que a Lei Maria da Penha significou um avanço para incentivar as mulheres a denunciar. “Agora nós mulheres estamos nos encorajando a denunciar a violência em função da existência de uma legislação que nos oferece proteção. Este avanço demonstra

## » Um ano de mudanças

A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro do mesmo ano e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia que foi agredida pelo marido durante seis anos. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda por eletrocução e afogamento. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado.

A lei altera o Código Penal Brasileiro e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos e ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.



>> Deputada Rachel Marques

que a lei faz uma justa homenagem à cearense Maria da Penha”.

Maria da Penha Maia se tornou um símbolo de luta contra a violência praticada contra a mulher. Ela lutou 20 anos pela condenação do marido que tentou assassiná-la por duas vezes. Na primeira com arma de fogo deixando-a paraplégica e na segunda por eletrocussão e afogamento. O marido de Maria da Penha cearense só foi punido depois de 19 anos. Julgado, ficou apenas dois anos em regime fechado.

A dona de casa E.B.C., 25 anos, tenta seguir o exemplo de Maria da Penha para tentar se proteger das agressões do marido. Depois de registrar dois Boletins de Ocorrência, ela agora vive com medo por sua vida. Com o filho de apenas um mês nos braços, ela relata a rotina de humilhações e agressões que vem sofrendo ao longo de três anos de casamento. Ele lembra que os ciúmes ingênuos do começo da relação acabaram saindo do controle. Adicionado a um coquetel de drogas e álcool, utilizado pelo

>> Frases

**Medo, Agressões e Indignação**

“Sempre depois de uma bebedeira, ele chegava em casa querendo ter relações sexuais. Por mais que eu pedisse, ele não parava. Na última vez, levei dois murros no rosto.”

A.V.S., 22 anos

“Quando eu já não agüentava mais tanta humilhação e decidi vir aqui (na Delegacia), quando eu voltei, ele teve uma nova crise e foi logo me avisando que eu pensasse duas vezes antes de denunciá-lo de novo.”

J.B.N., 19 anos

“Depois que eu tive que voltar para casa, ele foi curto e grosso: se eu levasse ele para a Justiça, matava a mim e a meu filho.”

E.B.S., 25 anos

marido, o resultado foi pura violência. A última aconteceu há um mês, quando após uma bebedeira, às duas horas da madrugada, ele pôs abaixo a porta de entrada da casa e quebrou vários móveis e objetos da residência, sendo contido apenas depois de muito tempo com ajuda de vizinhos e familiares. “O pior agora é que não me sinto seguro em lugar nenhum. Nem eu nem meu filho”.

Trajetória parecida enfrentou outra dona de casa. L.L.C., de apenas 24 anos. Casada há nove anos e com três

filhos menores, ela recorda que no início o relacionamento foi muito bom. Infelizmente tudo começou a mudar há cerca de seis anos. Primeiro com pequenos empurrões e xingamentos. Até acontecer o primeiro tapa. De lá para cá, foi apenas uma progressão violenta da forma com que ele a tratava. Sem mais suportar, ela denunciou o companheiro de apenas 26 anos. O resultado: ele também invadiu a residência da vítima e promoveu uma quebra-quebra geral. “Quebrou a TV e o DVD e chegou a ligar o gás da cozinha para explodir tudo”, recorda, apavorada. O descontrole do marido só foi contido quando o filho de quatro anos do casal parou na sua frente aos prantos. “Foi só assim que ele se acalmou”, afirmou a jovem.

São casos como esses - e muitos outros - que fazem com que alguns especialistas levantem a necessidade de algumas alterações na Lei Maria da Penha. Para a coordenadora do Fórum Cearense da Mulher, Elizabete Ferreira Cruz, a lei é um grande avanço, pois tem como princípio prevenir a violência. Porém, acredita ela, é necessária uma maior agilidade em seu cumprimento. “Muitas medidas protetivas não estão sendo aplicadas como deviam”, afirma. Cita como exemplo as casas-abrigos que, muitas vezes, não possuem vagas suficientes para suprir a demanda. É para essas unidades que mulheres que correm risco de vida são encaminhadas para manter a integridade física. Além disso, ela ressalta que há uma inversão de valores quando se retira a mulher e os filhos do seu lar e os coloca num local estranho. “É como se ela fosse para a cadeia, com uma indignação muito grande de não poder sair. Caso insista, ela é obrigada a assinar um termo que libera o Estado de qualquer responsabilidade”.

>> Pesquisa aponta percepção de impunidade para violência contra a mulher

**Principais Resultados**

De 2004 a 2006, aumentou o nível de preocupação com a violência doméstica em todas as regiões do país, menos no Norte / Centro-Oeste, que já tem o patamar mais alto (62%). Nas regiões Sudeste e Sul, o nível de preocupação cresceu, respectivamente, 7 e 6 pontos percentuais. Na periferia das grandes cidades esta preocupação passou de 43%, em 2004, para 56%, em 2006.

**33%**

apontam a violência contra as mulheres dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade.

**51%**

dos entrevistados declaram conhecer ao menos uma mulher que é ou foi agredida por seu companheiro.

**3**

em cada 4 entrevistados, consideram que as penas aplicadas nos casos

de violência contra a mulher são irrelevantes e que a Justiça trata este drama vivido pelas mulheres como um assunto pouco importante.

**54%**

dos entrevistados acham que os serviços de atendimento a casos de violência contra as mulheres não funcionam.

**9**

em cada 10 mulheres lembram de ter assistido ou ouvido campanhas contra a violência a mulher na TV ou rádio.

**65%**

dos entrevistados acreditam que atualmente as mulheres denunciam mais quando são agredidas. Destes, 46% atribuem o maior número de denúncias ao fato de que as mulheres estão mais informadas e 35% acham que é porque hoje elas são mais independentes.

**64%**

acham que o homem que agride a mulher deve ser preso (na opinião tanto de homens como mulheres); prestar trabalho comunitário (21%); e doar cesta básica (12%). Um segmento menor prefere que o agressor seja encaminhado para: grupo de apoio (29%); ou terapia de casal (13%).

**Perguntados sobre o que acham que acontece quando a mulher denuncia:**

**33%**

dos entrevistados afirmaram que “quando o marido fica sabendo, ele reage e ela apanha mais”.

**27%**

responderam que não acontece nada com o agressor; 21% crêem que o agressor vai preso; enquanto 12% supõem que o agressor recebe uma multa ou é obrigado a doar uma cesta básica.

Pesquisa Ibope - Instituto Patrícia Galvão 2006. Apoio: Fundação Ford e Unifem  
Pesquisa nacional realizada em maio de 2006 - antes, portanto, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7/8/06).

# Assembléia, cidadania e trânsito: juntos contra o analfabetismo

Com a proposta para alfabetizar jovens e adultos e torná-los mais conscientes de seus direitos e deveres, o deputado Hermínio Resende (PSL) elaborou o projeto de indicação sugerindo a criação do Programa Estadual de Alfabetização de Jovens e Adultos com Especificidade em Educação para a Habilitação no Trânsito. Para o parlamentar, associar a alfabetização com a educação no trânsito é uma forma de tornar os futuros motoristas mais conscientes e, conseqüentemente, o trânsito mais seguro. “É impressionante a existência de condutores que não são legalmente profissionalizados por não possuírem a carteira de habilitação.”

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor em 1998, há uma determinação onde o futuro condutor de veículos automotores deveria ser alfabetizado para que, em seguida, possa habilitar-se. O método que será utilizado para alfabetizar os alunos do projeto foi criado pelo educador Paulo Freire, que propõe usar os métodos de alfabetização para transformar o contexto social e político dos jovens e adultos.

O idealizador do projeto inicial, já existente no município de Crateús, comandante da Guarda Municipal, Romildo Marçal, diz que a proposição foi bem aceita pela sociedade, aumentando assim as expectativas na nova turma, iniciada em setembro deste ano. “É bastante gratificante saber que a sua idéia está sendo utilizada para que todo o Estado do Ceará seja beneficiado com este projeto. Para mim, é muito gratificante quando um dos alunos que participaram do curso me fala da felicidade de não usar mais uma almofada para assinar algum documento, pois já sabe escrever seu nome”, declarou Romildo.

O projeto do deputado Hermínio Resende é semelhante à proposta adotada em Crateús. O curso tem duração de um ano e as aulas são à noite. A única diferença é que, segundo o parlamentar, a Assembléia Legislativa poderia buscar novas parcerias, principalmente com o Departamento de Trânsito (Detran). “Estamos buscando parcerias para que o cidadão não tenha nenhum custo na hora de retirar a habilitação, assim, teríamos cearenses com um conhecimento maior das leis e

conscientes da sua responsabilidade no trânsito”, ressaltou o deputado.

Segundo o médico Romel Araújo, do Conselho Regional de Medicina e chefe de equipe do Hospital Instituto Dr. José Frota (IJF), os motoristas não habilitados não são a maior parcela das vítimas que chegam à unidade hospitalar envolvidos em acidentes de trânsito. “É preciso se preocupar com os aciden-

tes envolvendo pessoas não habilitadas, mas este não é o foco maior. O custo que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem com um paciente na fase pós-hospitalar daria para fazer muitas campanhas na prevenção de acidentes de trânsito. É aí que está a importância do projeto, pois quando se conhece bem as placas e as leis de trânsito evitam-se não só os danos a si mesmo, mas também os danos causados em terceiros. Mas não podemos esquecer das outras formas que causam acidentes”, afirmou o médico.

## » Números

### Estatísticas do Detran

Segundo estatística do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), no ano de 2006, o número de acidentes no primeiro semestre do Estado chegou a **10.484**, enquanto em 2007, este número foi de **9.689**, registrando assim, uma queda de **7,58%**. Em relação a mortes, o número foi de 710 vítimas no ano de 2006, contra 701, em 2007.

No topo dos acidentes causados no Ceará este ano estão as colisões, com **7.455**, seguido de **345** capotagens, **843** atropelamentos, **432** choques com objeto fixo e **614** acidentes que não foram informados. De acordo com o Detran, o maior número de acidentes no Estado é responsabilizado ao aumento na venda de motocicletas. Comparando esta estatística do Detran com a do Hospital Instituto Dr. José Frota (IJF), que é a unidade hospitalar em Fortaleza com referência em traumas de acidentes de trânsito, podemos constatar que no primeiro semestre de 2007, **3.853** pessoas foram vítimas de acidentes no trânsito: **3.610** foram por acidentes envolvendo motociclistas; **1.926** foram por atropelamento; **1.357** por colisão e **243** capotamentos, sendo que **93** destes pacientes morreram.

## » Método Paulo Freire

**Este método de ensino é estruturado em três etapas:**

### Investigação temática

quando o aluno e o professor buscam em uma linguagem coloquial, do aluno e da sociedade, as palavras e temas centrais no seu meio de convivência.

### Tematização

quando alunos e professor codificam e decodificam estes temas, buscando o seu significado social, tomando, assim, consciência do mundo vivo.

### Problematização

quando eles passam a ter visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto em que vivem.

# Parlamento vai definir agenda ambiental

Com uma ação de caráter voluntário, a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa (Assalce) trabalha com o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) dentro de uma prática de responsabilidade social. Segundo o presidente da diretoria provisória da A3P, Cezario Peixoto, o programa é uma criação do Ministério do Meio Ambiente conveniada com a Assembléia Legislativa que desenvolve três ações: a coleta seletiva de materiais do expediente, economia de energia e a economia de água.

**Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos em prol da preservação do meio ambiente**

De acordo com Cezario Peixoto, o momento em que vivemos é uma correção de hábitos de desperdício e desatenção. Por isso, ele destaca que há a necessidade

de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos em prol da preservação do meio ambiente. “Essa abertura requer a participação de profissionais de todas as áreas, independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo que deve ser encarado com naturalidade e maturidade”, explica.

Segundo ele, a A3P vem sendo coordenada pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e tem levado sua experiência aos órgãos governamentais, nos três níveis do governo, mediante solicitação dos servidores. Segundo Cezario Peixoto, muitas organizações e instituições governamentais ou não governamentais têm construído agendas ambientais dentro dessa nova mentalidade.

Cezario ressalta que o processo de construção da Agenda Ambiental utiliza metodologia que inclui aspectos lúcidos (manifestações artísticas) ao lado de novos processos administrativos, e que poderão ser disponibilizados para outros interessados, instituições governamentais ou ONGs. Para ele, o importante é estabelecer novas formas de sensibilização e motivação dos servidores, elaboração de materiais didáticos-pedagógicos, informativos e promoção de eventos para uma troca descontraída de informações.

Nesse processo, pensar sobre o meio ambiente e suas interfaces equivale a de-



**Nesse processo, pensar sobre o meio ambiente e suas interfaces equivale a desenvolver um plano de ações que contemple as possibilidades de execução de cada instituição**

envolver um plano de ações que contemple as possibilidades de execução de cada instituição. Cezario cita, como exemplo, a quantidade de papel que é produzido pela Assembléia, material que é hoje jogado fora. “Poderíamos pegar esses papéis e reciclar para um novo uso”, ressalta.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Responsabilidade Social (Nupers), Alexandre Diógenes, a A3P soma-se na Assembléia a um pensamento de que é preciso repensar sua posição diante das ações que vêm sendo realizadas antecipadamente pela iniciativa privada. “Mas é preciso que seja estabelecido um processo metodológico básico, contínuo, capaz de orientar as etapas, desde a sua concepção até a sua implantação das ações e sua manutenção”, explica.

Alexandre ressalta que os funcionários da Assembléia Legislativa, por intermédio da Assalce, recentemente solicitaram uma audiência com o presidente da Casa, deputado Domingos Filho, para que seja viabilizada a implantação da A3P, tendo em vista que sua institucionalização já é uma realidade. “Estamos aguardando que essa iniciativa seja levada à Mesa Diretora da Assembléia, inclusive, sua outorga ao Termo de Adesão, para que seja ratificado pelo Ministério do Meio Ambiente, visando a institucionalização da A3P na Assembléia.”

Segundo Alexandre Diógenes, o pro-

grama da A3P está sendo direcionado neste momento para o público interno, no caso os servidores da Assembléia. “Eu entendo esse programa como um elo da cadeia produtiva e acho importante trazer mais programas para dentro da Assembléia, pois assim poderemos envolver as comissões técnicas, o plenário, os deputados e os servidores e chegar a um resultado final”, ressalta.

De acordo com o presidente da Assalce, Luís Edson Correia, a A3P já foi encaminhada para o presidente Domingos Filho. Para ele, será feita uma reunião com o departamento administrativo que controla toda a produção de lixo reciclável da Assembléia Legislativa para avaliar a implementação da A3P.

Para Luís Edson, o projeto de responsabilidade social abrange a questão da qualidade de vida, a questão da saúde. “Estamos com um projeto de ginástica laboral. Já estamos fazendo a visita aos setores para colhermos informações sobre a saúde dos servidores, como é que está a postura dele no trabalho e quais são os equipamentos que eles utilizam”, aponta.

Segundo Luís Edson, o projeto já está bem evoluído. “Já visitamos o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), as empresas que têm projetos de responsabilidade social com êxito.” A intenção é levar o projeto para o deputado Domingos Filho para que ele crie o Prêmio de Responsabilidade Social.

## » Serviço

**Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Assalce).**

Rua Arakém Silva 103, Dionísio Torres, CEP 60170-240  
Informações: 3272 8832 / 3257 6626

## Atendimento dos idosos na rede pública de saúde



> Deputado Roberto Cláudio

**Tramita** na Assembléia Legislativa, sob análise das comissões técnicas específicas, o projeto de indicação, de autoria do deputado Roberto Cláudio (PHS), que torna obrigatória a presença de um médico especialista em geriatria (médico que previne e trata as doenças dos idosos e do envelhecimento em si) ou médico clínico com treinamento em geriatria nos centros de especialidades médicas do Estado do Ceará.

Ele argumenta que o Estado está vivenciando um momento de transição demográfica em que a expectativa de vida do País está aumentando (75 anos para mulheres e 68 anos para os homens, segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS). Por isso, ele defende que “é necessário adequar a rede assistencial do Estado à nossa realidade demográfica de envelhecimento.” Para Roberto Cláudio, “o primeiro passo é ter profissionais que sejam especializados a dar assistência a pacientes idosos”.

Segundo o deputado, a rede assistencial do país não se adaptou à nova realidade do aumento populacional de idosos (Em 2000, a taxa de idosos com mais de 60 anos no Ceará era de 8,9% e em 2005 subiu para 9,4%, segundo dados do IBGE) e, conseqüentemente, em função do envelhecimento da população, houve o aumento de doenças. “Nós temos hoje alguns casos de pacientes que enfartam aos 45 anos”, afirmou.

De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Secção Ceará, João Macedo Filho, das doenças que atingem o idoso, as mais conhecidas são: diabetes mellitus (aumento dos níveis de glicose no sangue), hipertensão arterial (aumento da pressão arterial), Alzheimer (doença degenerativa do cérebro, caracterizada pela perda progressiva da memória), osteoporose (extrema sensibilidade nos ossos) e demências (quando ocorre a perda ou diminuição da capacidade cognitiva). “A cada 100 idosos no Brasil, 7 têm demência, um exemplo é a Doença de Alzheimer, que atinge 70% dos idosos. Nesses casos, o idoso precisa de reabilitação física, motora e cognitiva (conhecimento através da percepção ou memória)”, completou João Macedo.

Tendo em vista a ausência de profissionais geriatras no sistema de saúde público, o deputado Roberto Cláudio propôs a possibilidade de ter um médico geriatra dentro dos 21 centros de especialidades médicas, que serão formados no Ceará a partir do próximo ano. “Sabemos da dificuldade porque não temos muitos geriatras formados, mas esse projeto de indicação gera uma consciência da necessidade de se formar médicos geriatras e depois absorvê-los dentro da rede assistencial”, relatou o deputado.

## A importância do projeto para a qualidade de vida

O secretário de saúde do Estado, João Ananias, apóia o projeto do deputado Roberto Cláudio. Segundo ele, a concretização da matéria é fundamental para superar as dificuldades que a população idosa enfrenta. “Como a oferta de especialistas é menor que a demanda da população, as pessoas sempre enfrentam filas”, relatou João Ananias.

Para Ananias, o profissional do Programa de Saúde da Família (PSF) empenha um grande papel no atendimento ao idoso, mas em alguns momentos é necessário o apoio de um especialista. “É aí onde está a falha, que vai ser reparada com a construção e a ocupação de especialistas nos centros”, afirmou Ananias.

Segundo João Ananias, será construído em cada célula regional um centro de especialidade médica, ao todo 21 centros, em que 11 deles conteriam dez especialidades médicas e os outros dez teriam 13 especialidades. “Muitas das especialidades que não encontramos com facilidade no Interior, encontraremos nos centros, algumas mais difíceis como geriatria, neurologia, angiologia e outras”, completou o secretário de Saúde.

A Secretaria de Saúde possui várias ações voltadas para a terceira idade, de atenção, controle e diagnóstico das doenças degenerativas, promoção da saúde do idoso (exercícios, alimentação saudável e hábito de qualidade de vida). “Ainda é muito pouco o que temos a oferecer, mas estamos tentando ampliar mais a política de promoção à saúde do idoso,” afirmou Ananias.



## Posto da AL

A assistente social do posto da Assembléia Legislativa, Tereza Holanda, que exerce o cargo há quatro anos, relata como é feito o atendimento dos idosos no posto da sede do parlamento estadual. “O idoso é atendido por um clínico geral, se o médico achar necessário procurar um geriatra, ele pede encaminhamento. Caso o paciente não tenha condições de ir atrás de outro médico, nós tentamos encaminhar para o geriatra”, afirmou Tereza.

No posto da Assembléia, podemos encontrar diversas especialidades médicas voltadas para os idosos: endocrinologista (trata do diabetes, da obesidade e alterações hormonais), cardiologista (trata das doenças do coração), pneumologista (trata das doenças pulmonares e do trato respiratório), fisioterapia (trata da recuperação funcional de lesões e disfunções), fonoaudiologista (trata os distúrbios da linguagem), otorrinolaringologista (trata doenças do nariz, ouvido, faringe e laringe) e dentista. “Em algumas especialidades, a fila de espera, como para o dentista e a fonoaudiologia, que certos planos de saúde não cobrem por causa da grande procura, nós damos prioridade aos servidores da Assembléia”, relatou a assistente social.

Maria Campos de Sousa, 60 anos, que há muito tempo é paciente no posto da Assembléia, relata como é o atendimento para os idosos. “Tenho pressão alta desde os 45 anos e venho sempre aqui me consultar com o cardiologista porque não tem tanta gente como nos outros médicos e o atendimento é bom. Mas se tivesse um geriatra, seria bom para atender meu pai que já tem 80 anos,” avalia Maria Campos.

# Universidade do Parlamento inicia com graduação e especialização

A **Universidade** do Parlamento Cearense (Unipace) iniciou oficialmente seus trabalhos no dia 16 de outubro. Segundo o presidente da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa (Assalce), Luís Edson Sales, as obras do centro ainda estão em andamento, mas a partir da data prevista será dado início às aulas nas áreas de Gestão Pública e especialização em Direito Constitucional e Poder Legislativo.

De acordo com Luís Edson, para o curso de Direito Constitucional e Poder Legislativo, o investimento é de 18 parcelas fixas de R\$ 200,00 e o curso de Gestão Pública requer um investimento de 18 Parcelas fixas de R\$ 150,00. Segundo ele, esses valores serão descontados na folha de pagamento. “Não serão cobradas taxas de matrícula nem de material didático”, ressalta ele.

Conforme Edson “será realizado também na Unipace dois cursos de Graduação nas áreas de Marketing em Comunicação e Gestão em Recursos Humanos que já estão em andamento. O Colégio Juventus está efetivando os dois cursos que se encontram no segundo semestre e só serão transferidos para o prédio a partir do dia da inauguração”, ressalta.

A coordenadora do projeto inicial da Unipace, Lindomar Soares, diz que “os cursos são oferecidos em parceria entre Assalce, Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Uni-

pace e são escolhidos de acordo com a ênfase para a atuação parlamentar”. Ainda segundo ela, a duração terá duração de um ano e seis meses.

De acordo com o presidente da Unipace, deputado Francisco Caminha (PHS), inicialmente o público-alvo desses cursos são os funcionários da Assembléia e seus dependentes. “Depois, nós pretendemos ampliar as inscrições para as câmaras municipais”, completa o parlamentar.

Caminha informou, ainda, que a expectativa é de que, no próximo ano, a instituição trabalhe com cursos nas áreas como jornalismo político, direito legislativo, administração legislativa e ciência política. De acordo com ele, para realizar esses cursos as parcerias já estão sendo firmadas. “Estamos em contato com as universidades. Algumas já apresentaram projetos, como a Universidade de Fortaleza, a Unifor”, informa o deputado.

## >> Serviço

### **Cursos de Especialização em Direito Constitucional e Poder Legislativo, e Gestão Pública**

Unipace (Pontes Vieira, 2391)  
Mais informações: 3272.8832



# Inesp lança novas publicações

O Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará (Inesp), órgão auxiliar da Assembleia Legislativa no assessoramento técnico, cultural e científico, lançou várias publicações no mês de setembro. No âmbito de publicações, o Inesp elaborou a Coletânea de Leis da Polícia Militar do Ceará - Volumes I e II. O Inesp dá também uma contribuição técnica às principais audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa.

Este ano, já foram produzidas sete cartilhas: “Desafio das Políticas para a Juventude”; “Desertificação: Causas, Efeitos e Perspectivas de Controle”; “Medidas Sócio-Educativas para Jovens em Situa-

ção de Risco: Prevenção, Aplicação e Eficácia”; “Aquecimento Global: Debate e Alternativas para o Ceará”; “Conselho Estadual de Segurança Pública (Consesp)”; “Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs): Estratégia para o Desenvolvimento Sócioeconômico do Estado”; “Reforma Política em Debate”. Todas as publicações foram realizadas pelo Núcleo de Pesquisa do Inesp, formado pela professora doutora Mônica Tassigny, jornalista Suzete Norcato, e a professora Tereza Barros.

A equipe está programando a realização das cartilhas “Integração de Serviços de Assistência Social: Cidadania Compartilhada”, e “Orçamento, Fiscalização e Controle: Instrumentos de Cidadania”.

## Deputados vão às escolas

O Núcleo de Projetos está desenvolvendo o projeto “Construção Compartilhada e Cidadania”, em que técnicos do Inesp promovem palestras em escolas públicas sobre o Parlamento Estadual, destacam as funções dos deputados, falam sobre cidadania, meio ambiente, direitos do consumidor. Deputados acompanham os técnicos do Inesp na visita à escola e também proferem palestras e tiram as dúvidas dos alunos. No dia 10 de setembro, parlamentares e representantes do Inesp foram ao Liceu de Messejana. No dia 26 de setembro, os estudantes da escola visitaram a Assembleia Legislativa para conhecer as dependências da

Casa, acompanhar a sessão plenária e conversar com deputados.

Já o Núcleo de Mobilização Social do Inesp preparou audiências públicas ao longo do mês de setembro. No último dia 10 de setembro, foi feita a instalação da Frente Parlamentar Estadual em Defesa da Assistência Social, que contou com a presença da primeira-dama do Estado, Maria Célia Habib Ferreira Gomes. Foram realizadas também audiências públicas no dia 3 de setembro, no Instituto Dr. José Frota, sobre a real situação daquele hospital. Dia 5, foi organizada audiência preparatória para a Conferência Estadual de Educação em Crateús e Maracanaú.



>> Estudantes podem conhecer as dependências da Assembleia Legislativa do Ceará

O orçamento define-se como o mecanismo fundamental de planejamento e gestão das despesas e receitas públicas, imprimindo-lhes organização

## Domingos Filho destaca participação da sociedade na proposta orçamentária

**A Assembléia** Legislativa do Ceará tem participado da discussão dos temas mais relevantes para o desenvolvimento do Estado e do País. Essa participação, incluindo a presença ativa da sociedade, é a principal meta do presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB). “A participação da sociedade das discussões sobre as questões de Estado, tanto as decisões políticas como as medidas oficiais para economia, é certamente, um caminho saudável para a boa prática da democracia”, afirma o presidente da Mesa Diretora.

Com esse espírito, a Assembléia do Ceará realizou no início de outubro um Seminário Regional para discutir a Proposta Orçamentária da União para 2008 e o Plano Plurianual da União para o período 2008/2011. O Legislativo cearense foi uma das dez sedes da série de seminários promovidos pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. A Casa foi, até o momento, a que apresentou o maior volume de sugestões de emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual desde que os seminários regionais tiveram início na última semana de setembro: os participantes entregaram mais de 70 sugestões de emendas.

Domingos Filho, que abriu os trabalhos, afirmou que “conhecer e discutir o orçamento deveria ser uma prática constante e irrenunciável, pois o dever de cidadania inclui a vigilância sobre as

contas públicas e a fiscalização sobre a aplicação correta dos recursos do erário como um dever constitucional. O orçamento define-se como o mecanismo fundamental de planejamento e gestão das despesas e receitas públicas, imprimindo-lhes organização”, afirmou.

O relator do Orçamento Geral da União, deputado federal José Pimentel (PT/CE), anunciou na oportunidade a previsão de recursos para obras no Estado do Ceará em 2008. De acordo com ele, o Canal da Integração já tem R\$ 146 milhões previstos para a terceira etapa do projeto. Pimentel adiantou ainda que estão previstos R\$ 154 milhões para a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) e que a Comissão está buscando recursos também para a Rodovia Padre Cícero.

Pimentel parabenizou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Domingos Filho, por ter aberto a Casa para a realização de audiências públicas que propiciam a discussão de temas tão relevantes para o povo do Ceará. O deputado anunciou também que até 2011 está prevista a instalação de mais 150 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) em todo o Brasil. No Ceará, as cidades agraciadas serão Sobral, Canindé e Crateús. “Já no triângulo do Crajubar (Crato, Juazeiro e Barbalha) será construído um campus universitário avançado, sendo que o de Sobral já está em andamento”,

enfatizou.

O Relator Setorial de Educação da Comissão Mista, deputado federal Manuel Júnior (PSB/PB), informou que está preparando um relatório, no qual ele pretende mostrar à Comissão Mista de Orçamento as dificuldades que os estados do Nordeste enfrentam nas áreas da educação e da saúde. Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), por sua vez, destacou a importância da audiência, dizendo que as emendas apresentadas serão encaminhadas ao Senado e servirão de respaldo para “aumentarmos os recursos destinados não só ao Ceará, mas a todo Nordeste”. Inácio informou que foi apresentado à Comissão um projeto que sugere a implantação de cem mil cisternas de plástico nos municípios que mais sofrem com a seca no Ceará. O senador também informou que travou uma batalha em Brasília para conseguir com que o Ceará fosse incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Segurança.

A secretária de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, Silvana Parente, salientou a importância dos investimentos do PAC para as Agendas Sociais, e sugeriu que PPA enfoque melhor cada região do País. “Nós esperávamos mais e gostaríamos que fosse mais detalhado o destino dos recursos para as áreas sociais do Ceará”. Na ocasião, ela questionou a distribuição dos recursos por estados e também a divisão setorial por municípios.



## Execução da proposta em debate

A execução da proposta orçamentária também foi debatida durante o seminário. O deputado federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB) afirmou que a grande preocupação na região Nordeste diz respeito à expectativa que se cria na população com relação às verbas orçamentárias. Segundo ele, o anúncio das verbas a serem alocadas cria expectativa nos gestores, mas que nem sempre correspondem às necessidades.

“A execução orçamentária do ano de 2007 para o Ceará, por exemplo, ainda é zero, apenas as obrigações constitucionais vêm sendo cumpridas pelo Governo Federal. Em setores, como a saúde, até agora 52% do Orçamento foi executado”, disse Raimundo Gomes de Matos. O deputado federal José Airton Cirilo (PT) destacou o compromisso da comissão em discutir com a sociedade o Orçamento. Na opinião dele, o “Estado está bem aquinhoadado com os grandes investimentos, considerando que obras importantes na estrutura urbana estão sendo realizadas”, disse ele.

O deputado José Guimarães (PT) rebateu a crítica e disse que até setembro 48% dos recursos orçamentários destinados ao Ceará haviam sido executados. Ele sugeriu que fossem incluídos na proposta do PPA o programa do biodiesel, o saneamento do rio Salgado, na Região do Cariri – “principal afluente que vai receber toda a integração do rio São Francisco”, segundo ele. Ele também chamou a atenção para o projeto das cisternas de placa e para a agricultura familiar.

Já o deputado Eudes Xavier (PT) também pediu esforços para atender o setor de agricultura. Segundo ele, cerca de 70% da produção foi perdida pela falta de água e de comercialização. “Também pedimos a inclusão do Hospital da Mulher, em Fortaleza”, solicitou Eudes. O deputado estadual Júlio César Lima (PSDB) pediu recursos para o setor de saúde, em particular o Hospital de Maracanaú, que precisa de reforma porque está funcionando de forma muito precária.

### » Participações

Presidente da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização; Inácio Arruda (PCdoB), Francisco Dornelles (PP/RJ), relator do Comitê de Receita da Comissão Mista do Orçamento; os deputados federais José Pimentel (PT), relator da proposta do Orçamento da União; Cláudio Vignatti (PT/SC), relator do Plano Plurianual do Congresso Nacional; deputado estadual Artur Cunha Lima (PSDB), presidente da Assembléia Legislativa do da Paraíba; os deputados federais Padre José

Linhares (PP), José Airton (PT), Eudes Xavier (PT), Chico Lopes (PCdoB); Raimundo Gomes de Matos (PSDB), Gorete Pereira (PR), José Guimarães (PT), Manoel Júnior (PSB-PB), relator setorial de educação do Orçamento. Da Assembléia: deputados cearenses Gony Arruda (PSDB), Sávio Pontes (PMDB), Francisco Caminha (PHS), Júlio César (PSDB), Sérgio Aguiar (PSB), Edson Silva (DEM), Lula Moraes (PCdoB), Nenen Coelho (PSDB), Dedé Teixeira (PT) e a secretária de Planejamento e Gestão do Estado, Silvana Parente.

## Discutindo o PPA

O presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, senador José Maranhão (PMDB-PB), destacou que a elaboração do PPA não teria sentido sem a participação de entidades de classes, cooperativas, associações e ONGs. Segundo ele, Fortaleza, junto com João Pessoa e Salvador, fazem parte das capitais contempladas com os debates.

O senador informou que o PPA foi elaborado contemplando a realidade de cada estado. O Ceará, disse ele, é a terceira maior economia da região Nordeste, com o setor de serviços respondendo por cerca de 53% do PIB, seguido pela indústria, com 41% e agropecuária com 6%, aproximadamente. Contudo, segundo ele, o Estado tem muitos desafios pela frente, já que possui um percentual muito alto de analfabetismo, com mais do que o dobro da média nacional vivendo abaixo da linha da pobreza. “Além disso, a proporção de domicílios sem abastecimento de água regular e sem acesso à rede de coleta de esgotos ainda é inferior à média nacional”, comentou.

De acordo com ele, o PPA para o Estado contempla, com base nesses e em outros indicadores, a modernização do sistema de produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste, em Fortaleza; a construção do Canal de Integração Castanhão - Região Metropolitana de Fortaleza e do açude Itapebussu; construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins; expansão do ensino superior no campus de Juazeiro do Norte; urbanização de assentamentos precários; projetos habitacionais, de erradicação do trabalho infantil, de atendimento sócio-educativo e diversos outros nas áreas de saúde, educação e assistência.

O relator do Comitê de Receita da CMO, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), acrescentou que o PPA está privilegiando

o que vem sendo debatido nos seminários regionais. “E para completar, acredito que cada ministro deveria visitar os estados brasileiros, as comunidades, para verem como elas vivem, e não ficarem presos a números frios de superávit. Por isso, os seminários estão humanizando este tratamento com o povo”, comentou.

Já o relator do PPA, deputado federal Cláudio Vignatti (PT-SC), lembrou que o PPA prevê recursos da ordem de R\$ 3,5 trilhões, para serem gastos em quatro anos. “As áreas que terão mais investimentos serão o setor produtivo, com 36% dos recursos, e a área social, com 28% dos recursos”, afirmou, acrescentando que a proposta está focada em três eixos: no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na Agenda Social e no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

### » Entenda

A proposta de Plano Plurianual 2008-2011 contem as diretrizes, objetivos e as metas para os orçamentos dos próximos quatro anos. O total previsto para as despesas da União para o período é de R\$ 3,52 trilhões. Já a proposta orçamentária para 2008, das receitas totais de R\$ 1,41 trilhão, R\$ 62,0 bilhões referem-se às Estatais, R\$ 669,7 bilhões são relativos à receita financeira e R\$ 682,8 bilhões constituem as receitas decorrentes da arrecadação tributária e patrimonial da União conhecidas como Receitas Primárias do mundo vivo.

# Luiz Pontes denuncia devastação no Maciço de Baturité



>> Deputado Luiz Pontes (PSDB), na luta pela preservação da serra de baturité

**As áreas** de Mata Atlântica são reservas muito frágeis e, no Ceará, ocupam apenas 1,2% do território. São áreas que já sofrem a agressão do homem e que precisam de recuperação, reflorestamento e unidades de conservação mais restritivas, além de políticas de incentivo ao reflorestamento para que sejam preservadas. A constatação é do deputado Luiz Pontes (PSDB) que se mostra preocupado com a crescente onda de especulação imobiliária que atinge Guaramiranga, município que está totalmente integrado à Área de Preservação Ambiental de Baturité.

A construção de condomínios no Maciço de Baturité está aumentando no decorrer dos anos. Luiz Pontes vem denunciando na Assembléia Legislativa que o número de edificações fora de padrão está crescendo. “As construções irregulares vêm causando danos ambientais e prejuízos ao patrimônio público e à sociedade, sem que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace), o Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Estado do Ceará (Dert) e a Prefeitura de Guaramiranga adotem providências legais”, critica.

Segundo Pontes, a Assembléia não pode ficar omissa a esse problema, por

isso propôs que seja feita uma audiência o quanto antes. Luiz Pontes informa que um grupo de parlamentares estará em visita à região para verificar possíveis irregularidades em obras e, posteriormente, farão uma audiência pública em Guaramiranga para discutir a ocupação e o desmatamento do local.

Luiz Pontes apresentou documentos do Ministério Público que comprovam a irregularidade de alguns projetos por se tratar de uma área de preservação permanente. Entre eles, o que determina o embargo da construção e a cópia da licença fornecida pela própria Semace autorizando a construção desse tipo de obras. O deputado diz que, as pessoas “poderosas”, em Guaramiranga, estão desrespeitando

as leis. “Quero dizer a esses poderosos que vamos botar o dedo na ferida, doa a quem doer. Um patrimônio como a Serra de Baturité não pode ficar na mão de especuladores, que desmatam e acabam com os rios”, avisa.

Uma das construções irregulares, conforme ele, é o aterramento do riacho Nanci. “Isso vem acontecendo de forma sistemática e criminoso causando destruição ao leito e as margens do rio”, ressalta. Segundo ele, a construção do condomínio Village Sítio Nanci, licenciado pela Semace e Prefeitura, está causando desmatamento e corte de barreiras, na área de preservação ambiental - APA.

O deputado cita, ainda, a construção do sítio Abreu e do Monte Flor, de forma ilegal, e a autorização para desmatamento de dois hectares de mata atlântica para erguer 60 apartamentos e 37 casas estilo duplex também na Área de Preservação Ambiental. O que tem acontecido, conforme o deputado, é uma especulação imobiliária sem precedentes nas áreas de mata atlântica, com a liberação de condomínios ilegais, que não obedecem às leis de uso e ocupação do solo, desrespeitam as próprias legislações ambientais municipais e põe em cheque o trabalho de órgãos fiscalizadores.

“A especulação imobiliária, no entanto, é a vertente moderna e perigosa que ameaça a região do Maciço”, insiste o deputado. Segundo ele, é importante que a Semace, como órgão competente para licenciar os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental, seja cada vez mais rigorosa na concessão de licenças ambientais para a construção de grandes empreendimentos imobiliários.

**Luiz Pontes informa que um grupo de parlamentares estará em visita à região para verificar possíveis irregularidades em obras e posteriormente, uma audiência pública em Guaramiranga para discutir a ocupação e o desmatamento do local.**

## >> História

### A História da Devastação

A devastação do ecossistema da Mata Atlântica está relacionada ao primeiro ciclo econômico da colonização do País, com a exploração do pau brasil. No Ceará, há um remanescente da Mata Atlântica que ocupa 1,2% do nosso território. Aqui, a situação não se deu de forma diferente, agravada de forma contínua, pela prática da monocultura no cultivo de produtos como a banana, o feijão e o milho. Era como se a substituição da mata representasse uma base, embora que equivocada, do progresso, sinônimo de civilização. A criação da APA de Baturité, há 17 anos, teve como um dos pontos positivos a ampliação do nível de consciência ecológica.

## Semace esclarece situação

O líder do Governo na Assembléia Legislativa, deputado Nelson Martins (PT), ressalta que todas as licenças que foram concedidas ocorreram na gestão anterior e agora no atual governo não existe nenhuma que esteja sendo questionada. Martins levou o superintendente da Semace, Herbert Rocha, para discutir o assunto com os parlamentares e prestar esclarecimentos, quando foi agendada uma audiência pública também em Guaramiranga.

Segundo o superintendente da Semace, em conversa com parlamentares na Assembléia, dentre os quais Luiz Pontes, cinco obras já foram autuadas na Serra de Baturité. Herbert informou ainda que, em sua gestão, foram indeferidas as construções de dois grandes condomínios e os que estão em andamento foram aprovados na gestão passada.

Para o vice-presidente da Comissão do Meio Ambiente, deputado Augustinho Moreira (PV), se estiver acontecendo a invasão, “nós iremos convocar os

órgãos responsáveis para que se tomem as providências cabíveis. Não iremos admitir as agressões ao meio ambiente decorrentes de construções irregulares, comprometendo uma área de preservação ambiental”.

De acordo com o deputado João Jaime (PSDB), a Semace deveria fazer uma fiscalização mais efetiva nas obras com licença autorizada pelo órgão e que, antes de conceder a licença, deveria exigir do empreendedor um Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA). “Precisam bater trena, como se diz no jargão do engenheiro. Há necessidade de mais fiscalização”, ressalta.

Por sua vez, o deputado Stanley Leão (PSDC) informou que tem recebido denúncias de populares contra a prefeitura municipal que, segundo eles, também está liberando a construção de obras em áreas proibidas. O deputado Heitor Férrer (PDT) afirmou que não sabe o motivo pelo qual a legislação sobre recursos hídricos “consegue ser tão ambígua”.

### » Saiba mais

■ A Área de Proteção Ambiental de Baturité foi criada pelo Decreto Estadual Nº 20.956 de setembro de 1990, ocupando uma área de 32.690 hectares. Embora o Maciço seja formado por 13 municípios, apenas oito estão localizados na Serra de Baturité: o próprio município de Baturité, Guaramiranga, Pacoti, Mulungu, Aratuba, Palmácia, Redenção e Capistrano. Conforme o decreto, a área de proteção ambiental é de conservação e uso direto, ou seja, qualquer atividade que represente risco para o meio ambiente precisa passar por licenciamento ambiental.

■ Para liberar construções no Maciço de Baturité, são exigidos três tipos de licenças:

■ Licença Prévia: tem a função de autorizar a presença do empreendimento no terreno apresentado, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos na próxima fase do licenciamento.

■ Licença de Instalação: tem por objetivo autorizar a construção do empreendimento, de acordo com as especificações constantes nos planos ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes.

■ Licença de Operação: autoriza a entrada em funcionamento do empreendimento, após a verificação do cumprimento das licenças anteriores. Alguns empreendimentos não precisam de Licença de Operação, é o caso dos condomínios residenciais, já os de hotelaria precisam.

## » Rápidas

### 1 FRENTE

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido da Assembléia Legislativa realizou audiência pública para discutir a instalação da Frente Parlamentar Estadual em Defesa da Assistência Social. O debate foi fruto de uma parceria feita entre o presidente da Mesa Diretora da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB) e o Inesp.

### 2 VIOLÊNCIA

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia realizou uma audiência pública para discutir a questão da violência nas praças esportivas do Estado do Ceará. “O objetivo da audiência foi de formatar um documento com soluções, para que a paz volte a reinar nos estádios cearenses”, destacou o deputado Ronaldo Martins (PMDB), autor do requerimento que solicitou o debate. O parlamentar irá lutar para transformar em lei estadual a obrigatoriedade do cadastro de torcidas organizadas no município de Fortaleza.

### 3 UF

O deputado Edson Silva (DEM) pretende criar na AL



### 4 ALGODÃO

O deputado Cirilo Pimenta (PSDB) quer o apoio do Governo do Estado para revitalizar a cultura do algodão. “Há uma expectativa do homem do campo de que o algodão possa voltar com apoio, com tecnologia, com irrigação, trazendo com ele a geração de emprego e renda no sertão”, disse ele, lembrando que a cultura ajudaria as bacias leiteiras, fornecendo a rama para alimentação dos rebanhos, produzindo óleo para alimentação e para produção do biodiesel, além da própria fibra do algodão.

uma frente parlamentar para discutir a situação da saúde pública do Ceará e, especialmente, a situação do Instituto Dr. José Frota. Esse tema foi debatido em audiência pública na Assembléia, atendendo a requerimento do parlamentar. Ele critica a atitude do presidente da República de retirar R\$ 5 bilhões do Orçamento Federal, que deveriam ser destinados à saúde. Edson critica também o fato da CPMF ter sido criada para favorecer a saúde e o dinheiro estar sendo para pagamento de dívidas públicas.

### 5 CONFERÊNCIA

Assembléia Legislativa do Ceará foi palco da solenidade de lançamento da 1ª Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia, Educação Superior e Profissional. O evento foi aberto pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado, professor Renê Barreira. A conferência teve o objetivo de consolidar políticas públicas de educação superior e profissional, pesquisa científica e incentivo à tecnologia e como

tema “a importância do conhecimento visando o desenvolvimento econômico social”.

### 6 CONSELHO

Renê Barreira informou, durante a conferência, que o governador Cid Gomes enviará a Assembléia projeto de lei que prevê a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação. Segundo o secretário a Conferência de Ciência e Tecnologia “reafirma o compromisso do governador com a transparência e interiorização da educação e do desenvolvimento”.

### 7 INTERIORIZAÇÃO

O presidente da Assembléia, deputado Domingos Filho (PMDB) considera de fundamental importância a interiorização do conhecimento e da tecnologia. “Eu mesmo estive no município de Tauá, que é a primeira cidade digital do Ceará, para participar da Conferência Regional”. O parlamentar lembrou que há grande carência de mão de obra qualificada no Estado, sobretudo, tecnológica. “É com educação tecnológica, que vamos superar este desafio”, disse ele.

# Gabinetes de deputados ganham repaginada

**Novidades** na estrutura física da Assembleia Legislativa para 2008. A administração da Casa iniciou as obras de ampliação e reforma de todos os gabinetes dos 46 parlamentares da atual legislatura. O objetivo principal é oferecer melhores condições para os deputados realizarem seu trabalho, sobretudo no atendimento diário aos eleitores. De acordo com a diretora administrativa da Casa, Lise Maria Novaes Costa, a meta é que toda a obra seja concluída em cinco meses, com tudo ficando pronto quando do início do próximo período legislativo.

Em 30 anos de funcionamento – a

atual sede da Assembleia foi inaugurada em 1977, com a construção do Palácio Deputado Aduato Bezerra – esta será a primeira ampliação dos gabinetes dos parlamentares estaduais. Anteriormente, em 1991, durante a legislatura do presidente Julio Rego, foi realizada apenas uma reforma nas salas, sem, contudo, mexer em suas estruturas.

Conforme explicou a diretora administrativa da Casa, Lise Maria Novaes Costa, a meta é que toda a obra seja concluída em cinco meses, com tudo ficando pronto quando do início do próximo período legislativo.

consideravelmente.

Segundo Lise Novaes, já foi escolhida a empresa vencedora da licitação para a recuperação da estrutura de concreto e da estrutura metálica. Essa primeira etapa do trabalho já foi iniciada. Ainda de acordo com a diretora administrativa da Casa, dentro do projeto de reformas ainda estão incluídos mais três complexos de banheiros, que serão instalados nos 1º, 3º e 4º pisos. “Será a forma de conseguir atender à demanda, tanto de funcionários como de cidadãos que visitam a Assembleia”, lembrou.

Iniciada a obra, a preocupação será com o ritmo dos trabalhos. Conforme explicou a diretora, a ideia é realizar a ampliação de 10 em 10 gabinetes. Para isso já estão sendo alugadas 26 salas no prédio onde funcionava anteriormente o Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp) – avenida Pontes Vieira – que serão usadas para alocar os deputados que estiverem com seus gabinetes em obras.

Contudo, não serão apenas os gabinetes dos deputados que passarão por uma repaginada. Lise Novaes explicou que mais um projeto está na pauta das reformas do Legislativo cearense. Trata-se da construção do Complexo das Comissões Técnicas. Com isso, as 15 Comissões da Casa passarão a funcionar num anexo que será construído nos jardins da Assembleia. O edital para a licitação deverá ficar pronto em breve e segundo a diretora financeira a obra também será iniciada ainda este ano.



O gabinete do deputado Artur Bruno, que está sendo reformado, será modelo para os demais

# Novo programa nas manhãs da TV Assembleia

O mês de outubro promete muitas novidades na Assembleia Legislativa, sobretudo na TV Assembleia. Dando prosseguimento à meta da atual diretoria da Casa de ampliar a ligação entre legislativo e cidadão, estreou no dia 22 de outubro o “1º Expediente”. Trata-se de um novo noticiário diário que irá ao ar sempre das 8 às 8h30min. Segundo a coordenadora de Comunicação Social da Casa, jornalista Sílvia Góes, a ideia do programa será fornecer uma grande agenda de tudo que de mais importante irá acontecer na Casa durante o dia. Ao mesmo tempo, ressalta, será aberto espaço para o debate de temas importantes que estarão na pauta do dia da sociedade.

**A ideia do programa será fornecer uma grande agenda de tudo que de mais importante irá acontecer na Casa durante o dia.**

Outro ponto destacado pela coordenadora é para a prestação de serviços que o programa irá oferecer. Como orientar a população sobre campanhas de vacinação, ofertas de empregos em várias áreas e até mesmo um serviço de pessoas desaparecidas. “Esta será mais uma forma da Assembleia demonstrar sua transparência de suas ações e, ao mesmo tempo,



> Janaina Costa Gouveia será a âncora do 1º Expediente, novo programa na TV Assembleia

abrir mais um canal de interação entre a sociedade e o parlamento”, faz questão de destacar Sílvia Góes.

A apresentadora do novo programa, jornalista Janaina Costa Gouveia, também faz coro da expectativa da boa receptividade que terá a atração, principalmente com relação à prestação de serviços. “Ao mesmo tempo que teremos informações quentes e atualizadas dos principais temas em discussão, poderemos prestar uma ajuda a mais a várias comunidades. E isso é muito gratificante”, faz questão de afirmar.

As novidades, contudo, não param por aí. Ainda neste mês de outubro, deverão estar estreando as novas vinhetas dos programas da TV Assembleia. O mês também será marcado pelas transmissões ao vivo de todas as reuniões e audiências públicas das Comissões Técnicas da Casa. “Além disso, pretendemos ampliar nosso programa de parceria com diversas outras instituições, como Sebrae e Federação da Indústria e Comércio do Ceará (Fiec), entre outros”, adiantou a coordenadora Sílvia Góes.

# A família como base da vida

**Desde** o início da vida adulta, Juari da Silva Batista, hoje com 45 anos, sabia que queria formar a sua própria família. “Já com 15, 16 anos, tinha em mente que queria casar, ter mulher e filhos”. E, por causa de um senso de responsabilidade que sempre o acompanhou, começou a trabalhar cedo. Foi entregador em uma farmácia, fez trabalhos de jardinagem, foi auxiliar de cozinha em um restaurante...

Ao encontrar o amor, Juari planejou: queria casar até os 26 anos e ter os filhos cedo para que pudesse manter o vigor de poder acompanhá-los quando eles crescessem e começassem a sair. E assim foi. Casou aos 23 e teve dois filhos, um menino, hoje com 20 anos, e uma menina, com 21. A vida planejada nunca foi sinal de sacrifício para Juari. Na verdade, era a condição para um futuro feliz ao lado de sua família.

Hoje, orgulha-se de ter uma vida estruturada e tranqüila ao lado da mulher e dois filhos. Não foi somente a sua vida que ele encaminhou. O filho é estudante de Direito e a filha de Pedagogia. Ambos trabalham e são muitos responsáveis, alardeia o pai. A mulher, que trabalhava antes de os filhos nascerem, hoje tenta conciliar os afazeres de casa com as atividades de uma profissão. “Parar para cuidar dos filhos foi uma opção dela e hoje estamos pensando em um trabalho que ela possa ter”.

Juari sempre prezou pela união familiar e nunca se intimidou quando precisou mudar para zelar pelo seu bem maior. Há sete anos, ele é evangélico. A mulher se converteu há 12 anos. A necessidade de buscar uma experiência interior veio, como Juari lembra, quando a família começou a se incomodar



> Juari da Silva orgulha-se de já ter trabalhado na Assembléia com mais de 15 presidentes, sempre mantendo a postura discreta e prestativa

quando ele fazia uso de bebida alcoólica. “A minha mulher abria mão do lazer dela porque eu bebia. Ela fica preocupada e se incomodava”.

A prática de uma vida cristã também tirou de Juari um hábito que ele considerava prejudicial não somente à sua saúde. Fumante há mais de 15 anos, ele sentiu que o “simples” gesto de acender o cigarro estava afastando da família quando o filho passou a pedir que ele fumasse do lado de fora de casa. “Imagine isso para um pai. Foi constrangedor”.

E foi assim que Juari passou por um processo de reavaliar seus conceitos e

valores. Hoje, diz, valoriza ainda mais a convivência com a esposa e os filhos. “Você pode ter uma vida atribulada, mas tem que eleger prioridades e, para mim, sempre vai ser a minha família”. O senso de responsabilidade também o ajudou na vida profissional. Em maio de 1983, ele foi trabalhar na Assembléia numa vaga que seria do seu irmão. “Minha mãe era costureira e tinha clientes aqui na Assembléia. Eu e meu irmão estávamos desempregados. Eu estava esperando me chamarem para a Companhia Docas e ele, meu irmão, vinha para a Assembléia. Mas quando abriu a

vaga, ele não quis, aí eu aceitei.”

Hoje, orgulha-se de ter passado por mais de 15 presidentes da Casa. Começou na portaria, já foi motoqueiro e hoje é motorista da Diretoria Geral da Casa. A responsabilidade que demonstra em tudo que faz lhe rendeu em 1993 um certificado de funcionário padrão na Casa. “Sempre respeitei as regras e as autoridades por isso não tenho dificuldades de trabalhar com quem quer que seja”, diz orgulhoso. E assim segue seu Juari que fez da sua vida um exercício diário de disciplina e dedicação.

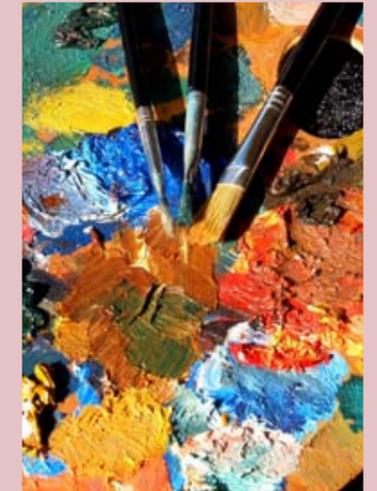
## TEATRO

De 14 a 18 de novembro próximo, os cinco fragmentos da adaptação do clássico “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, pelo Teatro Oficina, companhia de São Paulo, serão apresentados no Ceará. O palco será Quixeramobim, município do Sertão Central e onde nasceu Antônio Conselheiro, personagem central do livro-reportagem sobre a saga de Canudos. O diretor José Celso Martinez, líder do grupo teatral, já esteve na cidade para ver as instalações da peça. Projeto do diretor cearense Thiago Arrais, colaborador do Teatro Oficina no processo de montagem de “Os Sertões”, a temporada local foi reforçada quando do encontro de Arrais com os membros do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Quixeramobim (Iphanaq). O investimento para trazer a peça ao Ceará será de R\$ 400 mil.



## EXPOSIÇÃO

Em outubro a Universidade de Fortaleza (Unifor) inaugura no Espaço Cultural a décima quarta edição da Unifor Plástica. Serão expostos trabalhos representativos das artes plásticas e visuais, com temáticas livres, nas categorias pintura, desenho, escultura, gravura e fotografia. A mostra será inaugurada no dia 2 de outubro. Os vencedores de cada categoria serão premiados com uma viagem à Bienal de Veneza 2007 e ajuda de custo no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A lista com os artistas selecionados para a exposição pode ser acessada no site [www.unifor.br](http://www.unifor.br). A Unifor Plástica 2007 ficará em cartaz no Espaço Cultural Unifor até 16 de dezembro, de terça-feira a domingo, das 10h às 20h, com entrada franca. Para agendar visitas guiadas ligar para **3477 3319**.





**Crescêncio Marinho de Pinho**  
tem 90 anos e é aposentado

## A Papoula e o Jasmineiro

Sou um apaixonado por papoulas. Tal é assim que, no meu descontraído jardim, tenho grande variedade delas: brancas, róseas, vermelhas, amarelas, cor de vinho, matizadas, de pétalas duplas, candelabros. É uma festa para os olhos da gente quando, ao primeiro calor do sol, os botões arrebentam em pétalas e a flor se abre, soberana, para o reinado do dia. Todas as manhãs, o mesmo processo fitológico: insetos vêm procurar alimento, pequenos sáurios vêm procurar insetos, numa repetição que não cansa, porque as coisas da natureza são fonte permanente de beleza e magia.

Veza por outra, tesoura em punho, disciplino a fronde das plantas, aparando galhos atrevidos que se projetam sobre outras copas, ocupando o lugar alheio. Os novos ramos apontam, porém, com muito mais viço, sinal de que a terra é mesmo generosa. Algumas de minhas papoulas, se fossem gente, deveriam estar na última etapa da vida. Velhas, troncos nodosos e acinzentados, elas, todavia, se mantêm belas, como as velhas árvores do famoso soneto de Bilac.

Vai lá um ano, se muito, apareceu ao lado de uma das minhas papoulas, emergindo, medroso, do chão, um fiozinho verde, olhando para o alto. Reconhecido como uma jasmineiro, que buscava sol e vida entre a folhagem, foi deixado em paz. Já grandinho, um metro de caule e duas dúzias de folhas, as formigas vieram a ele e lhe roubaram toda a virente roupagem. Novas folhas,

novos ramos, e outra vez as formigas. A luta, a princípio, parecia favorável às terríveis saúvas. O jasmineiro, porém, respondia a cada ataque com mais vigor, fazendo renascer dezenas de galhos, centenas de folhas. E foi-se enroscando no tronco da papoula, subindo por todos os ramos, em multiplicação impressionante até que as formigas desistiram da batalha.

Outro dia, fui olhar de perto o jasmineiro, e que decepção pelo seu comportamento!... A papoula, que lhe dera abrigo, que o acolhera em seus braços nas horas de desespero, qual mãe afetuosa e solícita, estava sufocada, a copa escondida entre os enleios do jasmineiro impiedoso e ingrato, quase criminoso, que não atentou para a bondade de sua hospedeira.

Que subisse pelo caule da papoula, estava apenas dando curso a seu desenvolvimento vegetal. Que misturasse suas folhas miúdas com as grandes folhas de sua ama, até que se poderia pensar em gesto de gratidão e amor. Que lhe florisse e perfumasse a copa com as suas minúsculas estrelas brancas, era mais uma sábia manifestação da natureza. Nunca, porém, estrangular a papoula com tantos galhos, a se enredarem como tentáculos destruidores.

Jasmineiro duma figa – pensei – hás de pagar por toda essa maldade. Se bem pensei, melhor agi. Tomando da tesoura, decepei-lhe metade dos ramos, libertando galhos retorcidos da papoula, que já começavam a definharem, porque acho que Deus quer que todos vivam e ninguém tem o direito, mesmo sendo um jasmineiro florido e olente, de sufocar até a exaustão uma velha papoula de jardim.

# O estado ensinando para atender melhor a sociedade

realização  
realização  
alegria  
superação

